



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE TRÂNSITO, TRANSPORTE E ATIVIDADE ECONÔMICA

PRESIDENTE: SENIVAL MOURA

TIPO DA REUNIÃO: Audiência Pública
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 19 de Março de 2026

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Com a presença dos nobres Vereadores Nabil Bonduki, Renata Falzoni, da Comissão, Rute Costa, *on-line*, e também com a presença da Vereadora Marina Bragante, declaro abertos os trabalhos da 1ª Audiência Pública, de 2026, da Comissão de Trânsito, Transporte e Atividade Econômica, tendo como tema a “Discussão sobre a proposta de intervenção na antiga Serraria do Parque do Ibirapuera, seus impactos urbanísticos, ambientais, econômicos e patrimoniais, bem como a compatibilidade da legislação econômica pretendida com o regime de proteção do conjunto tombado com a função pública e socioambiental do parque”, conforme Requerimento da Comissão nº 03-2026, aprovados em reunião desta Comissão, conforme requerimento da nobre Vereadora Renata Falzoni.

Informo que esta reunião está sendo transmitida pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço <https://www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online>.

O convite para esta audiência pública vem sendo publicado no *Diário Oficial da Cidade* desde o dia 13 de março de 2026.

Informo que as inscrições para participação *on-line* estiveram abertas no *site* da Câmara Municipal desde o dia 13 de março de 2026, e também haverá inscrição para o público presente. Cada orador terá três minutos para se manifestar.

Quantos inscritos temos *on-line*? Zero inscritos. Então, vamos ter apenas... É, já está desde o dia 13. Então, faz alguns dias já.

Foram convidados para esta audiência pública o Sr. Rodrigo Ashiushi, Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente. O senhor está presente, Sr. Secretário? Não? Tem algum representante da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente ou do Secretário? Não.

O Sr. José Antonio Silva Parente, conhecido como Totó Parente, Secretário Municipal da Cultura e Economia Criativa. Algum representante da Secretaria de Cultura e Economia Criativa? Não.

O Sr. Ricardo Ferrari Nogueira, Presidente do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo, Conpresp. O Dr. Ricardo

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21673 DATA: 19/03/2026 FL: 2 DE 62

fls. 3

Ferrari Nogueira não está presente. Algum representante ou membro do Conpresp? Não estou vendo ninguém também.

O Sr. Danilo de Barros Nunes, Superintendente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN. Algum representante? Este eu convidei pessoalmente, porque o encontrei hoje. O Sr. Samuel Lloyd, Diretor da Urbia Parques. Acho que o senhor poderia sentar do lado de cá, porque, como a maior parte do público está para o outro lado.

A Sra. Cássia Regina Mariano, arquiteta e professora da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Pode sentar próxima, deste lado.

A Sra. Sylvia Rachel Mielnik, Conselheira do Parque Ibirapuera? Está presente. Há lugar ainda? Então, aproxime-se.

O Sr. Cleiton de Paula, da Associação de Proprietários, Protetores e Usuários dos Imóveis Tombados, APPIT. Não está presente. Algum representante da APPIT? Não.

Há algum representante do Instituto de Arquitetos do Brasil, IAB. Algum representante do IAB? Não.

Estão presentes os representantes do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo, Condephaat. Algum representante? Não.

Podemos continuar? Não. Deixei passar o Sr. Claudio Eugênio Neszlinger. Desculpe, pode se aproximar. É o Conselheiro do Parque do Ibirapuera.

Bom, então temos... Sylvia, venha para cá também, porque, como o público está todo lado de lá e vocês vão ser os primeiros a falar, então seria bom.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Quero passar rapidamente a palavra para a Vereadora Renata, já que o requerimento foi apresentado por ela e foi aprovado pela comissão, a qual presido. Vereadora Renata, peço a V.Exa. para se manifestar, brevemente, sobre quais as razões pelas quais essa audiência pública foi convocada.

A SRA. RENATA FALZONI – Hoje, eu estava conversando com os amigos por

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21673 DATA: 19/03/2026 FL: 3 DE 62

fls. 4

WhatsApp e me perguntaram: “Como é que chamamos o Vereador? De Vossa Excelência?” E respondi: “Só chamamos de Vossa Excelência quando queremos matar o nobre Colega, me chame de Renata, por favor.”

Quero iniciar esta audiência pública cumprimentando todos os que estão presentes e dando um certo pito a várias autoridades da Prefeitura que não estão aqui fazendo o mister – o direito e o dever, no meu entender – de explicar à sociedade civil do que se trata a ocupação do espaço público e por aí vai.

E começo dizendo que parque não é *shopping*, como bem está estampado aqui. Não faço nenhum segredo sobre isso. O Parque do Ibirapuera é um espaço público e, como tal, deve permanecer sendo um espaço de acesso universal, de convivência, de contemplação, de fruição coletiva. Não é um espaço orientado pela lógica do consumo.

O que está em discussão aqui não é apenas um projeto arquitetônico. A Serraria carrega uma história relevante. É uma construção da década de 1930, remanescente da antiga oficina de bondes e também de uma serraria de manejo arbóreo, que, nos anos 1990, foi incorporada ao desenho paisagístico de Burle Marx. Não se trata, portanto, de um espaço qualquer. Ela foi integrada ao elemento central de uma praça, concebida para garantir a continuidade visual, a permeabilidade, o respiro urbano e, principalmente, a quietude.

São 14 vãos livres, estrutura aberta e sopé direito elevado. A estrutura é linda, maravilhosa, o que, para mim, é muito caro de admirar. Tudo isso não é acidental, é parte de uma concepção paisagística que valoriza o vazio, o encontro, a livre circulação. E é justamente isso que está em xeque. O projeto da reforma apresentado propõe o fechamento de parte significativa desses vãos, a introdução de novos elementos construtivos e a instalação de usos voltados ao consumo, com a disponibilização de serem pagos – no caso, serviços pagos.

E aqui surge uma questão central: quando alteramos o uso histórico de um espaço público gratuito para introduzir atividades pagas, criamos um ponto de conflitos entre o interesse público e o interesse privado. O que era antes um espaço de contemplação, um vazio necessário dentro do parque, passa a ser um espaço de consumo.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21673 DATA: 19/03/2026 FL: 4 DE 62

fls. 5

E precisamos perguntar com franqueza: se tantos outros espaços do parque já foram transformados sob essa lógica, porque essa Serraria também tem que ser? Não se pode monetizar tudo, não se deve fazer isso a qualquer custo. Sabemos que a lógica de uma concessionária é a maximização de receitas, mas essa lógica tem limites claros: o interesse público, a função social do espaço e a preservação do patrimônio.

Portanto, esta audiência pública é fundamental para além das coisas técnicas – tecnicidades que são importantes e devem ser analisadas com rigor. Não podemos perder de vista a vocação do Parque do Ibirapuera e especialmente da Serraria. Estamos discutindo mais do que um projeto. Estamos discutindo limites: limites entre o uso e preservação, entre o público e o privado.

E que esta nossa audiência seja um espaço de escuta qualificada, de debates transparentes e de construção coletiva. E que, ao final, prevaleça aquilo que deve sempre orientar qualquer decisão sobre o parque público: o interesse da coletividade, respeito à história da Serraria e a sua vocação.

Muito obrigada. Passo a você, Nabil. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado, Renata. Vou tratá-la agora com nossa informalidade. Vocês não sabem, mas nós somos amigos há mais de 50 anos. Mas de qualquer maneira, aqui, vou tratá-la de V.Exa., porque tenho que manter a formalidade.

Eu quero, antes de passar a palavra aos nossos convidados, começando pelo diretor da Urbia, Dr. Samuel Lloyd, Diretor de gestão de parques de São Paulo, dar um enquadramento a essa discussão, que, ao contrário de outros projetos, outras audiências públicas, em que a audiência pública acontece em cima de projetos que são discutidos e votados pela Câmara Municipal, no caso deste projeto, ele não vai ser votado pela Câmara Municipal, certo.

É um projeto que está sendo debatido no Conpresp, que é o Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Histórico do Município de São Paulo. É uma discussão que já está em curso. Nas duas segundas-feiras passadas, houve um debate no Conpresp, mas nós entendemos, na Comissão, que era muito importante trazer essa discussão para um âmbito mais

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21673 DATA: 19/03/2026 FL: 5 DE 62

fls. 6

amplo, porque não só o espaço no Conpresp é reduzido, mas também não permite um aprofundamento que hoje aqui possamos fazer, porque é um ponto de pauta entre vários pontos de pauta do Conpresp.

Muitas vezes as pessoas chamam a nossa Comissão de Comissão de Transporte, mas ela é também Comissão de Atividade Econômica. O nome dela é Trânsito, Transporte e Atividade Econômica, e é por essa razão que esta Comissão está fazendo esta audiência pública.

Por quê? Porque, na verdade, nós estamos tratando de uma concessão de um espaço público, no caso o Parque Ibirapuera, que, na lógica da concessão, está sendo explorado economicamente pela concessionária, que assume uma série de deveres, portanto, de custos, de investimentos e uma série de receitas.

Então, nós estamos falando de uma atividade econômica que acontece dentro do Parque Ibirapuera, e isso é importante termos claro para que a gente possa entender o enquadramento dessa discussão.

O Parque Ibirapuera foi concedido para a Urbia, num processo que começou, salvo engano, em 2020. E a concessão é uma discussão, hoje, ampla, que não se limita ao Parque Ibirapuera, abrange outros parques. Portanto, tudo o que a gente discute no Parque Ibirapuera, de alguma maneira, é importante, porque vai criando - não vou falar jurisprudência -, mas uma certa prática, que poderá ser estendida para outros parques e outros espaços públicos concedidos à cidade.

Estamos discutindo uma questão de patrimônio, porque o debate vai ser no Conpresp, mas pode estar aberto a discussões que têm a ver com outras questões, e não discussões estritamente patrimoniais, que devem ser levadas em conta, do meu ponto de vista, pelo Conpresp também. Por exemplo, as questões de uso. Então, é um pouco esse o enquadramento.

Eu lamento muito mesmo, e até quando a gente fez a discussão aqui e a Renata propôs esta audiência pública, eu falei que seria muito importante que nesta audiência pública estivessem presentes os membros do Conselho, porque são eles que vão tomar a decisão.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21673 DATA: 19/03/2026 FL: 6 DE 62

fls. 7

Infelizmente, não temos a presença nem da Secretaria de Cultura, nem da Secretaria de Verde e do Meio Ambiente, que é gestora, vamos dizer assim, que é responsável, em última instância, pelo Parque. A Secretaria de Cultura é o órgão onde está situado o Conpresp, mas nem o presidente, nem um conselheiro do Conpresp estão presentes.

Salvo engano, na próxima segunda-feira, deverá ser um ponto de pauta a ser levado ao Conpresp pela nossa Comissão, o que foi discutido para que os conselheiros possam tomar conhecimento deste debate que está acontecendo. Espero que algum conselheiro esteja assistindo de forma *on-line*, porque a audiência está sendo transmitida.

Então, é esse o contexto em que vai se dar o debate de hoje.

Agora, vou passar a palavra ao Samuel, que vai fazer uma apresentação sobre a proposta, que será transmitida pelo telão. Em seguida, passarei a palavra aos representantes do Conselho Gestor e para a arquiteta Cássia, que estudou profundamente o Parque Ibirapuera

O SR. SAMUEL LLOYD – Boa noite. Na pessoa da Vereadora Renata Falzoni, cumprimento todas e todos presentes hoje e agradeço a oportunidade de falar sobre um projeto tão importante não apenas para o Parque Ibirapuera, mas também para o Patrimônio Histórico e para a cidade de São Paulo.

Como mencionado pelo Vereador Nabil, esse projeto tem realmente inspirado outras iniciativas similares na cidade, no estado e em todo o país, e por isso tem sido apontado como modelo de referência não só de sustentabilidade, mas também de inclusão e de investimento privado em patrimônio tombado.

Vou exemplificar algumas dessas questões aqui, em uma rápida apresentação, para que todos possam debater com base em algo oficial.

- Orador passa a se referir a imagens na tela de projeção.

O SR. SAMUEL LLOYD – Esse processo passou por diversos ataques de desinformação. Portanto, minha função hoje, prioritariamente, é trazer esclarecimentos sobre o que está sendo debatido e o que está em aprovação no Conselho Municipal de Patrimônio Histórico em São Paulo.

Vamos falar do restauro da Praça Burle Marx e da Serraria do Parque Ibirapuera.

Primeiro, os pilares desse projeto – não apenas desse restauro, mas de toda a concessão – tem como base a sustentabilidade socioambiental, a promoção do bem-estar, do esporte e da qualidade de vida, além da recuperação do patrimônio histórico e da requalificação de áreas.

Isso não é uma premissa ou uma vontade da concessionária. Esse foi o projeto aprovado pela Prefeitura de São Paulo, que passou por um projeto de lei na Câmara Municipal de São Paulo que contou com a participação de diversos Vereadores, foi amplamente debatido pelos órgãos da Justiça e estabelece esses pilares centrais.

É o que temos observado até hoje. Estamos no quinto ano desse contrato com um investimento privado da ordem de 350 milhões de reais na restauração do patrimônio tombado, sem uso de dinheiro público e sem utilização de leis de incentivo fiscal. Trata-se de um investimento 100% privado na recuperação do nosso patrimônio histórico.

Vale lembrar que o Parque Ibirapuera é tombado nas esferas federal, estadual e municipal.

Aqui estão alguns exemplos de obras já realizadas, incluindo o Pavilhão das Culturas Brasileiras, que aparece na foto e passará agora por uma nova etapa de restauro, com a implantação do Museu das Culturas Brasileiras – projeto recentemente aprovado pelo IPHAN, também desenvolvido pela concessionária.

A Oca: o estado de conservação quando iniciamos o projeto e como ela se encontra hoje.

Aqui, a parte interna da Oca, que já passou por processo de manutenção e segue sendo bem cuidada, para que eventos e o uso público ocorram sempre em um patrimônio preservado.

O Planetário, que não está dentro do complexo Niemeyer, mas é um ativo muito importante e também tombado, já passou por um processo de restauro. Recentemente, houve nova aprovação, por todos os órgãos de tombamento, para uma segunda intervenção futura.

Aqui, a Escola de Astrofísica: uma imagem de antes e depois, mostrando o estado em que se encontrava e como está atualmente.

O Auditório Ibirapuera, embora tenha sido construído após o tombamento, não deixa de receber o mesmo cuidado por parte da concessionária. Há zelo e atenção também com equipamentos que não são tombados, pois fazem parte do conjunto e da ambiência do parque.

Agora, entrando no tema de hoje, que é a Praça Burle Marx e o restauro da Serraria. Primeiro ponto que quero destacar: é impossível falar de um sem falar do outro. Não são projetos separados nem processos independentes. A Serraria faz parte da Praça Burle Marx e sempre fez até antes de a praça existir. E aqui nós temos um desenho do próprio Burle Marx, com a planta baixa, e vocês podem ver nesse desenho original que ele traz um pontilhado onde é o prédio da Serraria. Não há nenhum documento histórico em que o Burle Marx detalhe o edifício da antiga Serraria, e ele coloca no desenho dele a seguinte legenda: “Galpão para Exposições Permanentes”. Isso está ali no desenho, só que está muito pequeno para ler, então trouxemos na legenda ao lado.

No momento da contratação desse projeto, que foi conduzido pela Fundação Roberto Marinho, Rede Globo, e patrocinado pelo antigo Banco Real, a Serraria já estava lá, e a finalidade dela seria outro projeto arquitetônico, que acabou não sendo implantado na década de 90. Esse projeto não tem a idade do Parque Ibirapuera, o projeto de Burle Marx é da década de 90.

Esse era um projeto que se chamava Mais Ibirapuera para Você, que, além da Praça Burle Marx, trouxe, por exemplo, o Jardim das Esculturas, que fica na região do entorno da Oca, mas também trouxe *playgrounds*. A ideia era trazer mais atividades de lazer para o Parque Ibirapuera na década de 90. Existia até uma ideia da Prefeitura, que seria implantada no ano seguinte, de Rua 24 horas, com várias atividades comerciais, *fast-food*, banca de jornal, e isso a gente pode ver nessa matéria da *Folha de S. Paulo*, de 25 de março de 1994, que falava da reforma do viveiro que abastece a cidade e dessa praça, que antecede o viveiro.

Diz a matéria que o projeto “prevê a instalação de 16 bancas de jornais, frutas, flores, lojas de conveniência, oito *fast-foods*. Na área externa, mesas e cadeiras”. Eu acredito que talvez

REUNIÃO: 21673 DATA: 19/03/2026 FL: 9 DE 62

as pessoas que estejam espalhando a desinformação de hoje estejam se referindo a esse projeto da década de 90, que de forma alguma é o nosso, que está sendo discutido pelos Conselhos e já foi aprovado por IPHAN, Condephaat e agora pendente no Conpresp. O restauro já foi iniciado.

Diferentemente do que ouvimos, priorizamos os serviços gratuitos. O exemplo disso é que o restauro que já foi entregue terminado é exatamente de tudo o que torna a praça muito mais bonita, muito mais útil de forma gratuita para todo mundo, com a inserção de novos banheiros.

Um ganho ambiental também desse projeto, que também não é uma iniciativa única da Urbia, mas já era parte do projeto da Prefeitura, era tornar esse piso permeável, ou seja, que absorvesse água da chuva. Esse é um trabalho feito e discutido bastante com os órgãos de tombamento. O piso original, com desenho do Burle Marx, estava todo quebrado, realmente em um estado de conservação muito ruim. Havia essas diferenças entre a cerâmica alaranjada, avermelhada e o piso em cimento. O piso foi trocado, respeitando aquela mesma padronagem, a mesma paginação, mas mantendo o testemunho histórico para que guardemos sempre na memória como era o piso anterior, impermeável. Hoje temos esse ganho ambiental, com a Praça Burle Marx permeável, graças ao investimento da concessionária.

Aqui uma foto do antes e do depois, com o pergolado, que está lindo.

Também temos o Espelho d'Água, que estava desligado há muitos anos. Todo mundo que visita o Parque Ibirapuera sabe disso, está em perfeitas condições. Aquela parede de pedra estava toda pichada. Tudo foi resgatado, restaurado, está em pleno funcionamento.

Aqui, o Bosque da Leitura, que é um projeto em que nós restauramos, e a Prefeitura de São Paulo faz essa operação, que tem empréstimos de livros gratuitos e está em pleno funcionamento. Nós priorizamos esse tipo de restauro.

Os novos banheiros também já estão em pleno funcionamento.

Aqui, um pouco da cronologia da aprovação dos projetos, especificamente da antiga Serraria. Primeiramente, participamos de um conjunto de reuniões com IPHAN, Condephaat e Conpresp, com os técnicos dos órgãos de tombamento nos auxiliando a entender o que pode e

o que não pode. E cada um dos projetos foi apresentado e aprovado lá atrás, entre 2021 e 2022.

O uso da Serraria com o mezanino já fazia parte desse debate em 2021 e 2022, e foi aprovada alguma utilização. Depois foi feito um projeto específico, porque o projeto de intervenção é conceitual. Então, depois, para cada uma das intervenções do Parque Ibirapuera, apresentamos projetos específicos.

Este projeto específico, que tem lá o mezanino – e eu vou mostrar para vocês alguns 3Ds –, foi aprovado sem diretrizes, obedecendo a todo o diálogo institucional pelas três esferas – municipal, estadual e federal. E, depois de tudo aprovado, foram vários projetos – inclusive OCA, Pavilhão das Culturas Brasileiras.

Todos os projetos foram exaustivamente discutidos com muito zelo pelos técnicos e por nós também, por nossa equipe. E chegamos à conclusão de que valeria a pena investir num novo projeto modificativo para a Serraria, que tornasse aquela intervenção mais leve.

Esse é o primeiro projeto específico aprovado: ele traz uma intervenção no térreo, com mobiliário externo - mesas, cadeiras. Traz alguns brises também. E uma área totalmente fechada em alvenaria. E também previa o uso de um pavimento com mezanino.

Aqui, mais uma perspectiva. Outra perspectiva.

Depois de muita discussão com os órgãos de tombamento e com a própria Prefeitura de São Paulo, chegamos à conclusão de que valeria a pena ter uma intervenção mais leve nesse conjunto tombado. E apresentamos esse projeto modificativo a seguir.

Esse projeto traz materialidade e permeabilidade visual diferentes do projeto original, que já foi aprovado: substitui alvenaria por vidro, com proteção anticolisão de aves, e brises de madeira, que é mais orgânico, e construção da paisagem fluida e mais agradável. Mais segurança e acessibilidade: o ambiente da região da praça é escuro, e o restauro traz reposicionamento da iluminação e acessibilidade plena, inclusive com acesso de elevador.

Permeabilidade física: do projeto anterior, tivemos a retirada de um quiosque de alimentação que ficava na área da projeção do prédio, liberando mais espaço livre na Serraria;

Reversibilidade: a tecnologia de *steelframe*, que vai ser utilizada, permite que o

prédio retorne ao seu desenho original, caso isso seja uma decisão futura – da Prefeitura ou da concessionária –, pois todas as estruturas que sustentam são autoportantes.

O que estamos falando é quase como um Lego: não precisamos fazer qualquer tipo de mutilação nessa estrutura para que essa nova intervenção aconteça no prédio, preservando o bem tombado, preservando a memória, e trazendo mais utilidade e mais espaço físico para o uso dessa área.

Esta é uma vista aérea desse prédio do projeto novo modificativo, que é o que está em aprovação. Então percebam que é um projeto muito mais leve, muito mais limpo, muito mais fluido visualmente e também fisicamente.

Aqui, temos uma área das duas primeiras pilastras, com brises de madeira, bem orgânico. E trazemos, depois, caixilharia e vidro para a área restante, trazendo permeabilidade visual – que, inclusive, foi citada na abertura de V.Exa., não é, Vereadora Renata?

Essa é a área livre que continuará livre para uso das práticas atuais do projeto da Serraria.

E aqui trazemos a perspectiva de que, sem alvenaria, continuamos com a permeabilidade visual desse espaço.

Esta uma vista da área de onde tem a caixilharia: de longe, praticamente não se vê aquela intervenção, porque o vidro realmente traz essa transparência visual para o projeto.

Esta é uma área livre. É onde está o espelho d'água.

E temos um comparativo do projeto atual aprovado pelas três esferas e o projeto que está em discussão, hoje, que não tem nada a ver e nem lembra, nem se assemelha, a um centro comercial ou a um *shopping center*. Isso que é importante trazermos para evitar a desinformação.

Estamos em ano eleitoral. Vamos sofrer muito no processo democrático sobre isso. E todos nós temos que nos defender em relação à desinformação. Precisamos cuidar e zelar para que todas as informações corretas, com fonte fidedigna, sejam aquelas que inspirem as pessoas a debater o projeto, e não imagens feitas com inteligência artificial.

Esta é uma das desinformações que eu trouxe para vocês, e que vocês devem ter

REUNIÃO: 21673 DATA: 19/03/2026 FL: 12 DE 62

visto pela *internet*: são dois exemplos de imagens feitas com a inteligência artificial que não se assemelham em nada ao projeto que está sendo apresentado e discutido, mas que realmente não só tem influenciado a opinião pública – que assina abaixo-assinados, etc. –, mas também a própria imprensa, que acabou caindo nessa desinformação.

Para finalizar, dois exemplos.

Este é o exemplo da Sala São Paulo, que é um grande orgulho para todo mundo da cidade de São Paulo. O prédio foi restaurado e é um patrimônio histórico que também explora economicamente o bem na sua atividade rotineira.

Exemplo de exploração: bilheteria para espetáculos, serviços de alimentos e bebidas, aluguel de espaço para eventos, exposição de marcas patrocinadores. Isso para citar algumas atividades econômicas. E isso não deixa esse espaço menos nobre; pelo contrário, é o que traz vida, sustentabilidade e a manutenção do bem tombado ao longo do tempo.

O outro exemplo é internacional. (Pausa)

Eu traria outro exemplo, mas acabou não ficando na apresentação.

E para finalizar quero mostrar um vídeo que foi filmado esta semana.

- Exibição de vídeo.

O SR. SAMUEL LLOYD – Vemos uma imagem da Serraria num dia de semana do Parque do Ibirapuera, às 8h. Estamos falando de um dia de sol, às 10h, com plena capacidade de as pessoas irem ao Parque Ibirapuera. Temos imagem ao meio-dia. Está filmado em *time-lapse*, numa outra velocidade, mas conseguimos ver exatamente a utilização em dia de semana.

E o que temos no final de semana é um pico do uso, mas também compatibilizado com o que temos. Esta audiência era hoje, então, infelizmente, eu não consegui filmar no final de semana com essa tecnologia, depois do nosso convite.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. SAMUEL LLOYD – A Vereadora Renata Falzoni está comentando que passou de manhã e estava lotado.

Realmente estava lotado de manhã, mas na parte externa da Serraria.

O Tai Chi Chuan, a meditação, as pessoas utilizam muito mais a área livre, externa e aberta da Praça Burle Marx, do que exatamente a parte interna da Serraria, inclusive à noite.

O que temos é: sim, há usos isolados em que essa praça está toda cheia, toda tomada; mas, hoje – e a nossa operação lá é todo dia –, percebemos que é possível utilizar a área que está projetada, livre, deste projeto, pois continua acolhendo todas as práticas atuais que acontecem lá. Ela não expulsa essas pessoas de lá; pelo contrário, ela acolhe, ela traz um teto mais baixo para dias de hoje. Porque, hoje, num dia de chuva, a Serraria, como tem um pé direito muito alto, acaba ficando toda molhada, e a laje dá uma proteção um pouquinho melhor para dias de chuva.

Temos certeza de que esse projeto vai trazer conforto para as pessoas, e, principalmente, a manutenção deste bem tombado pelos próximos 30 anos, garantido através da atividade econômica que lá é gerada.

E já que esta Comissão também fala sobre atividade econômica, a atividade econômica, como eu mostrei, no caso da Sala São Paulo, que é um exemplo de orgulho para todos nós, é o que mantém vivo o restauro, é o que mantém possível e viável a boa manutenção e uso do bem tombado.

É isso.

Quero agradecer. E fico à disposição para qualquer dúvida também.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado, Samuel.

Antes de passar a palavra para a Cássia, convido o arquiteto Cleiton para se sentar conosco.

Eu não sei se tem mais alguma cadeira ali? (Pausa) Não.

Se puder, sente-se deste lado mesmo.

Quero anunciar a presença de Denise Delfim e de Eliana Barcelos, da Associação de Moradores da Vila Mariana.

E queria também anunciar, para quem quiser fazer uso da palavra, que as inscrições

REUNIÃO: 21673 DATA: 19/03/2026 FL: 14 DE 62

ficarão abertas até o final da fala da Cássia. Quem quiser pode se inscrever.

Temos, a princípio, duas horas de audiência pública – iríamos até as 20h30.

Peço à Cássia que não seja muito demorada, para que possamos dar a oportunidade da palavra a todos.

A arquiteta Cássia tem o uso da palavra.

Você também vai fazer apresentação?

A SRA. CÁSSIA REGINA MARIANO – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Você vai fazer a apresentação?

A SRA. CÁSSIA REGINA MARIANO – Vou, ele já vai colocar.

Primeiro, boa noite a todas e todos. Eu quero dizer que é uma honra estar neste espaço e venho defender a preservação e o tombamento da Praça Burle Marx e da Serraria.

Apresentando-me, rapidamente, eu sou arquiteta, professora da FAU-Mackenzie. Tenho um trabalho extensivo de pesquisa sobre parques, um mestrado sobre parques metropolitanos de São Paulo e, no doutorado, resgatei o trabalho do Teixeira Mendes, que é o autor do projeto do Parque Ibirapuera que temos implantado. No desdobramento, fiz parte do grupo de trabalho que definiu o Plano Diretor Participativo, no qual a concessão foi permitida, foi autorizada.

- A oradora passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

A SRA. CÁSSIA REGINA MARIANO – Só para eu dar um pouquinho do contexto histórico, o território do Ibirapuera foi incorporado ao patrimônio público em 1918. Em 1926, ele vai ser decretado como parque. Então, este ano, nós temos o Centenário do Parque Ibirapuera. Dois anos após, vai ser instalado o viveiro de plantas municipais, de uma forma um pouco de zeladoria, um pouco também de ocupação numa área. É importante dizer que o Ibirapuera é uma área de grande fragilidade ambiental. Essa área estar designada como um parque é uma ação muito importante para a cidade de São Paulo. No desdobramento, entre a década de 30 e 40, a gente tem a construção da Serraria como uma segunda ocupação que há no Parque Ibirapuera, desde sempre.

Então é legal a gente lembrar que a Serraria existe no Parque Ibirapuera, antes da implantação do projeto do Niemeyer, do Teixeira Mendes, do próprio uso e do parque como nós o conhecemos.

Essa é uma vista como temos hoje.

Esse é o local onde a Serraria está no Parque Ibirapuera, que é também conhecida como a zona ambiental do parque. E aí surgiu a surpresa: sendo o parque protegido nas três esferas, especialmente a municipal; no nosso entender, todos os elementos e todas as construções também estariam protegidas pela mesma ação. Só que a gente vê que na prática não é o que acontece.

Isso posto, em 1992, Roberto Burle Marx é convidado para fazer a praça de acesso ao Viveiro Manequinho Lopes, porque é a forma de se entrar por dentro no parque. E o que é legal é que o Burle Marx vai utilizar a existência da Serraria como elemento central para poder desenvolver o seu projeto, como eu vou mostrar daqui a pouquinho.

Então, para contar um pouco para vocês, Burle Marx é uma figura central, eu diria, o paisagista mais importante do Brasil, reconhecido internacionalmente. Ele cria o paisagismo moderno. O paisagismo moderno passa a existir no mundo, a partir do que Burle Marx fez, como ação, porque ele utilizou princípios modernos, plásticos e modernos, utilizando e valorizando a vegetação nativa, em qualquer das condições, para poder fazer suas ações de projeto. E ele já dizia que a paisagem é um elemento essencial para a existência humana.

Então, é um projeto desse senhor. A gente vê aqui o Parque Burle Marx; o Itamaraty; o Aterro do Flamengo; e o Sítio Roberto Burle Marx, em Areias. E o que caracteriza essa composição moderna? A gente tem um todo, esse todo é formado pela somatória das partes e, se a gente prestar atenção; em cada pedaço da parte, consegue ver a essência do todo. Então, nessa dialética entre o todo e a parte, a gente tem a essência da estruturação dos projetos do Burle Marx.

Neste *slide*, a gente volta ao desenho da Praça Burle Marx, e eu quero chamar a atenção de vocês. A posição de acesso está na seta laranja e a gente consegue ver, em

tracjado, a projeção da Serraria. Vamos perceber que se a gente tem um eixo transversal sobre a Serraria, no sentido contrário, como fazendo uma estrutura cruciforme, a gente tem um outro eixo compositivo do projeto do Burle Marx. E se olharmos do lado esquerdo, onde a gente tem o pergolado; e do direito, onde tem uma árvore, que já existia antes da Serraria, antes da própria definição, da institucionalização do parque, a gente consegue ver que parecem duas bielas, e tem outra biela acima e uma série de composições que remetem ao passado industrial de São Paulo, que são valorizadas a partir da ação dele.

Então, nós estamos falando, neste momento, da descaracterização de um projeto de Roberto Burle Marx. E eu reitero, é um dos poucos projetos de espaço público de Burle Marx na cidade de São Paulo, muito provavelmente um dos mais importantes dele. Então isso é central.

Além disso, tem algumas coisas interessantes de a gente também ver, porque no projeto da Serraria, ele incorpora a vegetação existente, incrementa com outras vegetações, a gente consegue ver as palmáceas e tal, e dar um sentido para esse uso.

Então, na verdade, Burle Marx, ao fazer referência à Serraria, ele torna aquela construção um patrimônio. É o projeto dele, é a ação do Burle Marx, que faz aquilo um patrimônio histórico, na década de 1990. E tem uma frase aqui um pouco provocativa: “Nesta cidade tudo é passageiro”, não é verdade? Dizia-se que era uma garagem para manutenção de bondes ou para corte de madeiras, não importa, ela é um patrimônio e, a partir da ação do Burle Marx, isso é valorizado e é isso em que a gente tem que prestar atenção para não a descaracterizar.

E o que é a Serraria? A Serraria é uma volumetria vazada, que utiliza – é legal a gente lembrar – concreto pré-moldado, uma absoluta inovação naquele período. A gente tem essa belíssima ponte para içar até 15 toneladas, também feita por uma indústria Paulistana, a Bardella, que está lá, ainda içada, no local, fazendo esse papel. A gente consegue ver o belíssimo telhado, com essas tesouras de madeira. Essa é a imagem atual.

Então, a gente tem toda essa questão da Serraria.

E a vegetação, o uso, a permeabilidade visual e física e, mais do que isso, a integralidade de ambos os lados da Praça Burle Marx se dá pelo eixo da Serraria e ela não pode,

de forma alguma, ser obturada, fechada, com vidro, com laje. Não é mezanino. A gente não pode ter nenhuma obturação, porque no decorrer dos próximos 30 anos, o que vai acontecer? Ela estará ambientada no uso.

Esse é o lado oposto, onde tem a figueira. Essa figueira também tem uma história bacana, um outro dia eu conto para vocês, porque é o Etzel quem vai suceder ao Manequinho Lopes, à frente do Viveiro, e faz uma estrutura para suportar as raízes adventícias, que vão chegar no solo. Então esse espaço é de intenso uso; interno e externo, porque o pé-direito é muito elevado, da ordem de 12m. Tem uma espécie de pequena marquise numa área muito livre do parque.

E tem essa convivência harmoniosa, e esse espaço é único no Ibirapuera, um espaço para congregação, para a prática da paz, do sossego, da tranquilidade, de práticas que remetem à cultura oriental, que procura um equilíbrio maior entre o corpo, a alma e a mente. E a gente tem uma série de atividades, existem grupos que fazem exercícios com óleos, leques, é uma calma, é um local de assossego. É um local de a gente se tranquilizar dentro da cidade, um espaço de tranquilidade, de regeneração, e isso não pode ser, de forma alguma, perdido.

Porque, antes de mais nada, é importante que se diga, não se pode descaracterizar um projeto de Roberto Burle Marx na cidade de São Paulo, ele é único, é um espaço quase sagrado. Então a gente realmente acredita que o fundamental desse espaço está na sua manutenção. Tem uma coisa bonita nesse slide, que é muito da generosidade do Burle Marx, ele tinha essa capacidade de poder transformar os espaços que fazia com a elevação, com um pensamento espiritual muito forte. Gostaria muito que isso ficasse na mente dos senhores e das senhoras, é muito importante, a gente precisa preservar esse espaço como ele está.

Essa é a proposta dela, como utilizada, e a proposta pretendida com a laje, que impacta irreversivelmente.

Aqui há alguns aspectos bacanas que eu gostaria de reiterar do Plano Diretor, que foi desenvolvido e pelo qual a concessão foi assinada. Foram feitos mapeamentos entre as bases naturais do parque e os usos fundamentais em ordem hierárquica, que vai dar uma matriz de

compatibilidade e uma matriz de restrição. Então, não pode haver impacto ambiental, e o projeto pretendido causará impacto ambiental. Não pode haver comprometimento cultural, a proposta faz comprometimento cultural; não pode haver descaracterização do patrimônio, que também acontece, o patrimônio será descaracterizado. E quanto ao desrespeito social, as práticas que estão acontecendo hoje não necessariamente serão mantidas. Esse espaço não pode ser, de forma alguma, monetizado, porque a gente precisa, em algum local dentro do Ibirapuera, poder simplesmente olhar o verde, poder simplesmente ter paz, poder simplesmente ter sossego, poder simplesmente respirar, é para isso que os parques públicos existem. Esse é um espaço público, não é espaço para se desenvolver qualquer outra atividade.

Aqui está a zona ambiental. E novamente, onde está a Praça Burle Marx com a Serraria, a zona ambiental do Plano Diretor não permite usos que sejam usos fixos, nenhum equipamento pode ser fechado, e isso foi assinado.

E, mais uma vez, eu peço aos senhores, às senhoras, eu peço nesta audiência que, por favor, vamos manter o projeto de Roberto Burle Marx em São Paulo. Eu acho que deve ser entendido quase como um acinte descaracterizar a obra do paisagista mais importante deste país, um dos mais reconhecidos e importantes do mundo, no tempo contemporâneo.

Eu acho, eu defendo a proteção absoluta do espaço, como hoje ele se encontra.

Muito obrigada.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado. Tem a palavra, pela ordem, a Vereadora Renata Falzoni.

A SRA. RENATA FALZONI - Eu gostaria de colocar um vídeo. Hoje de manhã, eu tive de ir ao Parque do Ibirapuera bem cedo, porque ontem foi abandonado no nosso jardimzinho um passarinho, que tinha sido encontrado aqui no Terminal Bandeira, e eu fui levá-lo de manhã e passei na Serraria. Eu gostaria de mostrar um vídeo que contrapõe ao que o Sr. Samuel falou, porque é completamente diferente do descrito pelo senhor. Então, eu gostaria de mostrar o vídeo, e isso aconteceu exatamente às 8h43 desta manhã.

- Exibição de vídeo.

A SRA. RENATA FALZONI - Então, eu chego no horário das 8h43, não ia filmar, mas vi um pessoal fazendo luta marcial; outra turma; aqui eu fui muito encarada pelo pessoal mais manso; lá no fundo o pessoal do Tai Chi Chuan, e todos eles sob a cobertura, e isso nesta manhã. E todas as vezes que eu vou ao parque, porque sou frequentadora e vizinha do parque, eu vejo esse clima superagradável. É só isso.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado. Eu queria anunciar a presença da Marilda Watanabe, Presidente da AME Paraíso. Nós temos sete inscritos, vamos ouvir primeiro os convidados e, em seguida, já não sei, já não sei... Então, primeiro viu passar a palavra para os convidados. Não estou controlando o tempo, mas eu diria, aos que vierem falar a partir de agora, que pudessem falar o suficiente para passar suas ideias e propostas, porque assim daremos oportunidade a todos os sete inscritos falarem, e poderemos ter também a palavra dos Vereadores.

Então, em primeiro lugar, passo a palavra para Claudio Neszlinger, Conselheiro do Parque do Ibirapuera.

O SR. CLAUDIO EUGÊNIO NESZLINGER - Boa noite. Obrigado Nabil, obrigado Renata, obrigado Marina pelo convite; boa noite, Samuel. Meu nome é Claudio Neszlinger, eu trabalho atualmente como consultor em sustentabilidade para *startups* de impacto socioambiental positivo. Como o Nabil disse, sou conselheiro do Parque Ibirapuera desde 2019, ou seja, um pouquinho antes do início da concessão, e sou membro também do Fórum Verde Permanente.

Eu queria registrar como cidadão - e vou ser bem breve no meu comentário - o meu repúdio a total ausência do poder concedente e dos representantes dos órgãos de tombamento numa discussão tão importante como esta. (Palmas)

O SR. CLAUDIO EUGÊNIO NESZLINGER - Eles estão no centro desta discussão, e a hora em que a sociedade civil vem para emitir opinião, esses órgãos de tombamento

simplesmente não se fazem aqui representados e, para mim, isso é extremamente decepcionante e explica um pouco algumas aberrações que a gente vê nesse campo em termos de não-tombamento, de destombamento. Aliás, foi um termo que aprendi recentemente, que se destomba bens e patrimônios. Enfim, eu queria só fazer esse registro porque, como cidadão, é muito decepcionante.

Eu queria só fazer um comentário breve, não vou me alongar nem ser repetitivo. Acho que a Cássia traz com muita propriedade toda questão do valor histórico e patrimonial à luz da obra de Burle Marx. Mas como usuário, como conselheiro do parque, na minha visão, quando um município define, designa uma área para ser um parque - e acho que nós estamos num município que afortunadamente se preocupa com isso, e até nos tempos atuais a gente vê novas áreas sendo definidas para serem parques - existe um olhar, um investimento de todo o município de que aquela área vai prover alguns serviços para seus munícipes, para a sociedade, que sejam serviços ambientais; sejam, no caso do Ibirapuera, serviços culturais, de educação, de lazer, de convívio social. Então, desde do século passado, no caso do Ibirapuera, esse investimento foi feito e muitos outros investimentos vieram sendo feitos depois, até o início da concessão, até então pela Secretaria do Verde, pela Prefeitura, e agora dentro do modelo da concessionária, ela tem os seus deveres e direitos em relação ao uso daquele espaço.

A minha crítica especificamente ao uso da Serraria para qualquer finalidade que não seja o que se viu agora no vídeo da Vereadora Renata Falzoni, na minha opinião, hoje esse é o último espaço simplesmente de contemplação, de olhar a natureza, de se estar, de fazer uma prática, não por acaso, todas as práticas que foram mostradas exigem uma paz total, silêncio e contemplação. A gente não está falando de patins, de skate, para isso, hoje, tem a marquise que, aliás, ficou muito boa. Mas a gente está falando de um espaço de convívio social, de estar com a família, de ir sozinho para pensar na vida, de ver passarinho, de ver verde, e não se espera que haja qualquer que seja a atividade, academia ou qualquer outra fazendo barulho, limitando o espaço e, principalmente, paga, não é?

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 22

REUNIÃO: 21673 DATA: 19/03/2026 FL: 21 DE 62

Eu queria só fazer um comentário sobre o exemplo que o Samuel deu da Sala São Paulo, que realmente é um exemplo de concessão muito feliz, na minha opinião. Eu concordo com você, mas não existe na Sala São Paulo outra expectativa de finalidade que não seja a que ela se propôs desde o início. Isso não foi deturpado pela concessão. Ela é a melhor casa de espetáculos, provavelmente do Brasil, para a música erudita e para muitas outras coisas. E parabéns para eles que estão conseguindo fazer isso.

O que a gente está falando aqui é: em alguns espaços do parque, esperar que a gente possa trazer outros usos que não esse lado ambiental, da contemplação, do equilíbrio social, emocional, psíquico das pessoas, porque é para isso, especialmente, que aquele canto do parque existe.

Então, eu vim aqui para emitir essa opinião. Pena que os responsáveis por essa caneta não estejam aqui hoje, mas espero que, de alguma forma, as opiniões e as discussões que ocorram hoje cheguem até essas pessoas e a gente possa trazer bom senso para essa decisão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado, Claudio.

Eu só quero esclarecer que, no caso da Sala São Paulo, não existe uma concessão. A Sala São Paulo é do Governo do Estado e é administrada por uma OS. O projeto todo foi feito pelo Governo do Estado, não foi feito pela OS. É um modelo de gestão diferente do modelo de concessão do Parque do Ibirapuera.

Vou passar agora para a Sylvia, Conselheira do Parque do Ibirapuera.

A SRA. SYLVIA RACHEL MIELNIK – Boa noite.

Primeiro, eu queria agradecer a Renata, o Nabil, a Marina, a todo mundo que está aqui e, principalmente, ao Conselho Gestor, que também está aqui presente, antigos conselheiros e atuais conselheiros.

A gente agradece muito esse apoio que estamos tendo agora e essa visibilidade, porque sempre foi muito difícil conseguirmos reverter ou conversar sobre uma série de obras e de acontecimentos dentro do parque que sempre fomos apontando.

Então, só o fato de a gente estar aqui conversando é ótimo.

Complementando o que a Cássia falou, tem as duas zonas no plano diretor. A Cássia participou de todo o processo do plano diretor do parque e lá ficou claro que são duas áreas delimitadas: cultural e ambiental.

Ou seja, a Serraria está na área ambiental e lá não comporta nenhum evento com mais de 250 pessoas simultaneamente. Só pode ter até 250 pessoas. Ou seja, é uma questão para a gente discutir o que vale mais. O plano diretor foi feito, teve toda uma briga para ele ser aceito antes da assinatura, e se ele não é considerado, não é levado isso em consideração...

Na questão da Sala São Paulo, que eu achei muito bom o exemplo, existe também sempre uma parcela dos ingressos a preço popular, uma coisa que não acontece em nenhum espaço do Parque Ibirapuera. Não existe essa contrapartida nos eventos maiores.

Para concluir, parque é parque e uma coisa que você gosta de dizer é que as pessoas que são contra a concessão é que estão contra a Serraria. Não é verdade. No caso da Serraria, muita gente é a favor da concessão, estão gostando e admitem que o parque está mais limpo, mas que na Serraria não é para se mexer.

Encerro aqui.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado.

Vou passar agora para o arquiteto Cleiton, da APPIT.

O SR. CLEITON DE PAULA – Cumprimento a Vereadora Marina Bragante, a Vereadora Renata Falzoni e o Vereador Nabil Bonduki, na pessoa de quem eu cumprimento os demais presentes.

Eu sou membro da diretoria da Associação de Proprietários e Protetores de Imóveis Tombados, também da Sociedade de Amigos do Cerqueira César, Consolação e Morro dos

Inglese e sou um dos coordenadores do Fórum de Associações da Cidade que se reúne ocasionalmente diante de alguns descabros e vai se reunir brevemente porque os descabros voltaram.

A gente está vivendo uma quadra do planeta - e o Brasil não está imune a isso - muito curiosa. O que a gente, depois de 500 anos de método científico atribuiu como lógico, apropriado e com algum grau de certeza científica, isso deixou de ter. Então, a Terra fica quadrada e essas coisas todas que a gente tem vivido.

E aí eu quero abordar três núcleos de debate que a gente precisa fazer, a partir de agora, em relação ao Ibirapuera e em relação a alguns outros pontos da nossa cidade.

Primeiro, o núcleo de debate político. Político, grande senso, significando as escolhas que fazemos como sociedade. Quando a gente faz, através dos nossos representantes eleitos no Executivo e dos Vereadores desta Casa, a opção de privatizar a administração de uma série de equipamentos públicos que foram construídos ao longo dos últimos 150 anos, isso é uma escolha política.

Então, os parques públicos viram privados, os cemitérios públicos viram privados, as escolas públicas viram privadas, o Anhangabaú, que era um espaço sagrado – o Anhangabaí, o vale do Anhangá, que era o espírito protetor da vida e das florestas –, agora é isso que a gente viu aí: morto, não tem Anhangá nenhum mais.

Então, isso é muito importante. Por quê? E aí falando da Sala São Paulo, ela é administrada por uma fundação sem fins lucrativos. É muito diferente de você atribuir a um espaço que é parque público, que não foi construído para gerar lucro, e colocar uma empresa com fins lucrativos. É uma incompatibilidade ontológica. A função social de uma empresa é perseguir o lucro. A função social de um parque público é promover a contemplação da natureza, a congregação das pessoas etc. Então, isso é errado. Esperem aí, Central Park tem gestão privada? Hide Park tem? Bois de Boulogne em Paris? Não. Por que será? Nenhum parque urbano grande referencial no planeta tem gestão privada.

Então, começamos aí o erro. Quero dizer do ponto de vista político porque a maioria das associações civis do Estado de São Paulo é contra a concessão. Acatamos a decisão legitimamente tomada por esta Casa, mas isso não nos tira o direito constitucional de controle social das decisões desta Casa. Então, nós vamos continuar tomando todas as medidas para suspender a concessão e isso é uma posição da maioria das associações civis da cidade de São Paulo.

Então, do ponto de vista político, é isso: somos contra a concessão, o nosso objetivo será suspender a concessão e vamos trabalhar com afinco em relação a isso.

Do ponto de vista de outro núcleo importante, que a gente pode chamar de “jurídico”, o que é destacável em relação a esse projeto? Vamos nos ater ao projeto da Serraria. Eu acho que o debate sobre o parque tem que ser em outra ocasião. A Cássia tem muito mais conhecimento e a gente tem que fazer esse debate do parque.

Existe um princípio fundamental que é aplicável ao patrimônio cultural, uma vez que a gente fala de bens ambientais e culturais, que é o princípio do não retrocesso protetivo. Então, uma vez que foram estabelecidos regimes jurídicos especiais de tombamento e, a partir deles, foram estabelecidas as diretrizes de preservação, elas não podem perder espaço. E isso está consolidado no nosso regime jurídico. Então, ninguém, nem o Executivo, nem o Legislativo, nem o Judiciário pode chegar e dizer: “Vamos diminuir a proteção”.

E a gente já vai para o terceiro e último núcleo, que é o das questões administrativas e técnicas. Ora, existe, a partir do Plano Diretor e da proposta da empresa concessionária, uma aprovação pelo órgão municipal de tombamento, Conpresp, de um conjunto de diretrizes para todo o parque. Isso é muito interessante, por quê? Porque, em geral, as resoluções de tombamento, elas são muito genéricas. Isso é um problema que a gente precisa resolver tecnicamente. Mas, neste caso, foram estabelecidas diretrizes específicas de intervenção do parque.

Neste documento publicado em *Diário Oficial* fica claro um limite para a ocupação da Serraria, de 30% da projeção do mezanino. Classicamente, a Prefeitura acata até 5% de desvio. São 30%. Então, 5% de desvio seriam possíveis.

Muito bem, o projeto ocupa 90%. Aí, a gente tem que ouvir, como na última apresentação do Conpresp, que é um pequeno ajuste da área, de 30 para 90. Ou seja, isso ataca o princípio, mesmo se o Conpresp alterar as diretrizes – ou quiser alterar, porque isso foi aventado no Conpresp. Também, no Conpresp, a gente está vivendo um momento difícil. Isso foi aventado, que o Conpresp pode alterar as diretrizes. Não pode. Pelo princípio do não retrocesso protetivo, o Conpresp não pode alterar as diretrizes, enfraquecendo-as. Pode alterar, ampliando-as.

Então, isso não pode acontecer. Ou seja, o que nós temos hoje – e isso não pode ser revogado – é uma diretriz clara que estabelece que o mezanino tem que ter no máximo 30% da área de projeção. Acabou. Eu acho que temos que nos ater a isso, porque esse é o projeto que está em pauta, agora, nos órgãos de patrimônio, e esse projeto não tem cabimento, nem técnico-administrativo, nem jurídico-político – no contexto mais amplo, muito menos –, mas eu sugeriria que todos nós nos ativéssemos a isso, de modo que o Conpresp vete esse projeto, archive esse processo e, se a empresa concessionária desejar apresentar outro projeto, que o apresente, seguindo as diretrizes estabelecidas.

Por fim, o projeto aprovado em 2022 cumpria as diretrizes de 30%. “Ah, não! Nós tínhamos um projeto. Agora, estamos apenas com um modificativo.” Bom, o modificativo é de 30 para 90, contra as diretrizes e contra o regime protetivo. Eu acho que a gente tem que se ater a isso e eu sugiro aos Srs. Vereadores, a todas as associações e aos cidadãos que nos atenhamos a isso, com o Conpresp. Esse projeto não pode ser aprovado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado. Nós temos oito inscitos. Quer fazer um adendo, Sra. Cássia?

A SRA. CÁSSIA REGINA MARIANO – Só um detalhe, Cleiton: nem 30, nem 90,

REUNIÃO: 21673 DATA: 19/03/2026 FL: 26 DE 62

nem nada. É o projeto de Roberto Burle Marx, que foi incorporado ao uso durante 30 anos e tem um espaço sagrado. Não se discute construção. Discute-se se a intenção é a preservação integral desse espaço, que é um espaço sagrado dentro do parque Ibirapuera.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado. Na verdade, assim, os 30% são no mezanino e são 50% no térreo. Isso foi aprovado pelo Conpresp, pelo IPHAN e pelo Condephaat. Obviamente, o que você está defendendo é a tese de que não pode retroceder e a arquiteta Cássia está dizendo que tem que ser ampliada a proteção. Está certo?

A Urbia está querendo fazer uma modificação. Conferem os 90%, Sr. Samuel?

O SR. SAMUEL LLOYD – Na verdade, todas as informações estão erradas. Então, o plano de intervenção que foi aprovado integralmente pelo IPHAN e pelo Condephaat é o projeto que foi apresentado, que ocupava 100% do mezanino e cerca de 40% do térreo. Aí, o Conpresp escreveu uma diretriz, pedindo que a ocupação fosse de 50% do mezanino e 30% do térreo. Depois do plano de intervenção...

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – São 30%? Desculpe-me. São 30% do térreo ou 30% do mezanino?

O SR. SAMUEL LLOYD – São 30% do térreo e 50% do mezanino.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Confere?

O SR. SAMUEL LLOYD – Isso é o que está na diretriz.

- Manifestação do público.

O SR. SAMUEL LLOYD – É a informação que nós temos. Aí, várias reuniões aconteceram depois e o projeto que foi aprovado sem diretrizes pelas três esferas ocupava algo que foi parte de um diálogo institucional entre todas, porque não existia fundamento para aquela diretriz – e por isso ele foi revisto. É isso.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Calma, não. Vamos respeitar as inscrições, porque, senão, a gente vai bagunçar muito aqui. Agora, os inscritos têm três minutos para falar.

REUNIÃO: 21673 DATA: 19/03/2026 FL: 27 DE 62

Depois, a gente pode, eventualmente, reabrir. Os Vereadores vão falar também. Poderão retomar isso os próprios integrantes da Mesa, depois das manifestações.

Vamos dar espaço, começando pelo Sr. Francisco Britto, da Associação da Vila Mariana. Eu vou pedir para a Sra. Eliane Pimenta, Conselheira do Parque Ibirapuera, já se dirigir, também, até aqui, para que a gente possa ser mais ágil.

O SR. FRANCISCO BRITTO – Boa noite a todos e a todas. Infelizmente, a Denise e a Eli tiveram que sair para outra reunião. Então, eu falo pela AVM, agora.

Nós estamos aqui em defesa do Parque do Ibirapuera, contra a sua transformação em uma plataforma de comércio. Não há paulistano que não tenha envolvimento intenso com o Ibirapuera. Frequento o parque desde os oito anos de idade e, dos 17 aos 20 anos, quase diariamente ia ao Ibirapuera. Não por outra razão, sou um dos Ibiraboys – residência e resistência –, mas isso não vem ao caso.

O que vem ao caso é que, quando o parque foi criado, em 1954, São Paulo tinha uma população de aproximadamente dois milhões e meio de habitantes. Que delícia era morar aqui, com dois milhões e meio de habitantes, tendo o Ibirapuera que nós conhecemos. De lá para cá, nesse intervalo de 72 anos, a cidade passou de dois milhões e meio para 12 milhões de pessoas. A sua população quintuplicou, enquanto a área do parque diminuiu. Diminuiu porque perdeu área para a Assembleia Legislativa, para o Comando do Exército e para o Clube Círculo Militar, entre outras coisas. A população da cidade cresceu cinco vezes e o Ibirapuera encolheu.

Contudo, nesses últimos anos, a sensação de encolhimento se dramatizou. Com a concessão do parque, foram fechadas áreas e passaram a ser ocupadas por *merchandising* descarado. A concessionária, a Urbia, cujo nome pronuncio com “i” tônico, porque parece que não há acento – eu tentei encontrar o acento no “u” –, teve o desplante de construir. Foi isto, mesmo: construiu um prédio de três andares e mil metros quadrados, que foi ocupado pela Centauro. Vocês já viram, não é? O que acontece hoje? O prédio está lá, vazio, roubando espaço do parque.

Eu vou pular um pouco. Senão, eu não vou falar nos meus três minutos. É isto o que

REUNIÃO: 21673 DATA: 19/03/2026 FL: 28 DE 62

a concessionária quer: destruir a paz do Parque do Ibirapuera, transformando um patrimônio histórico em mais um espaço de uso publicitário ou comercial, com o jardim do Burle Marx, do entorno, sendo ocultado pelas paredes que esse “desempreendimento” quer subir, ali, na Serraria. Aliás, essa Serraria já estava ali quando o parque foi inaugurado, no 4º Centenário. A professora também já pintou para nós esse quadro.

Enfim, é uma proposta que dá vergonha de ver. É um projeto inaceitável. Não há limites para a ganância de rentabilizar o espaço público. Como ficam a paz e a tranquilidade dos usuários em um parque já tão torpedeado? Esse projeto é inaceitável. É vergonhoso. O maior parque paulistano merece respeito. Os usuários do parque, que são todos os paulistanos, merecem o respeito de curtir um espaço verde, de pé no chão, de contato com a natureza, e não com novos espaços comerciais dentro do parque. Isso é ganância. Digamos “não” à ganância e “sim” à Serraria.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado. Sra. Eliane, pode tomar a palavra.

Pode se aproximar a Sra. Patrícia Sepe, assessora do Vereador Nabil Bonduki.

A SRA. ELIANE PIMENTA – Gostaria, primeiramente, de cumprimentar os Vereadores. Agradeço às Vereadoras Renata Falzoni e Marina Bragante e ao Vereador Nabil Bonduki. Cumprimento os meus colegas conselheiros: Sylvia, Claudio, Claudia, William e os demais, que devem estar *on-line*, também.

O Conselho Gestor do Parque sempre se fez presente e, neste momento, está se fazendo ainda mais presente, principalmente, como resistência.

Então, eu gostaria de ler e citar uma Ata do CADES. Ata da 88ª reunião do CADES em 2007, presidida na época pelo Secretário do Verde, Eduardo Jorge.

A Conselheira Patrícia, citou, na época, eram discutidos um Museu Frans Krajcberg, que seria instalado, exatamente, na Serraria. E com isso, na época, a Conselheira citou uma carta encaminhada ao escritório de Burle Marx, o qual representa todo o seu patrimônio hoje.

Abre aspas: “Após analisar o material enviado sobre o projeto do espaço da antiga

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 30

REUNIÃO: 21673 DATA: 19/03/2026 FL: 29 DE 62

Serraria, assim como autores do projeto de paisagismo para o Espaço Viveiro Manequim Lopes, antiga área da Serraria, manifestamo-nos contrários à proposição de qualquer implantação de atividades não voltadas para o fim da utilização projetada, local de contemplação, abrigo para os dias de chuva, espaço de bem-estar, incluindo a proposição de implantação da exposição permanente de obras do renomado artista plástico Frans Krajcberg, uma vez que o local específico para a sua implantação não se adequa a este uso.”

Quem assina a carta, na época, Arquiteto Haruyoshi Ono, representante do escritório de Burle Marx. Eles são, legalmente, representantes de toda a sua obra.

Diante disso, após muitas investidas, a Urbia, finalmente, apresentou o projeto ao Conselho Gestor na nossa oitava reunião deste conselho, que foi agora dia 11 de março, onde Samuel, representando a Urbia, simplesmente, fez uma piada, talvez de tremendo mau gosto e falta de respeito, quando eu citei isso, ele pronunciou, abre aspas, está gravado e vai constar em ata. Abre aspas: “Mas Burle Marx já estava morto.” Então, que fique registrado qual é o respeito que a Urbia tem por este espaço.

Eu estou citando isso porque nós tentamos, por inúmeras vezes, que este projeto fosse apresentado ao Conselho Gestor e somente depois da última reunião no Conpresp, onde nós defendemos contra este projeto, é que Samuel foi até o Conselho Gestor e apresentou e fez esse triste e desrespeitoso comentário,

Se você, Samuel e a Urbia aqui presente, que é uma concessionária de um parque público, o parque é público e concessionado, mas é do povo de São Paulo. Se você não sabe o que é respeito por um patrimônio público e uma obra de arte como nós temos, o senhor vai ter que aprender a respeitar e vai respeitar o Conselho Gestor, a Casa de Vereadores e a população de São Paulo. Este projeto não passará.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado.

O SR. SAMUEL LLOYD - Sr. Presidente, só responder, porque que eu acho que é uma acusação muito grave.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Sim.

O SR. SAMUEL LLOYD – Rapidamente. Primeiramente, eu sou um fã do Burle Marx e, absurdamente, respeitador do trabalho dele. E não só eu, como a empresa, que inclusive já restaurou o Jardim das Esculturas e a Praça Burle Marx. Então essa informação é descabida.

O que aconteceu na reunião do Conselho Gestor é que essa senhora se pronunciou a respeito disso dizendo que o próprio Burle Marx, nos anos 2000, tinha trazido essa percepção de que não era possível. Aí eu falei: o Burle Marx já estava morto naquele período. Aí ela corrigiu, dizendo que foi uma posição do escritório que apresentava os direitos. Mas na fala dela, na reunião do Conselho Gestor, ela quis apresentar para as pessoas que o Burle Marx, em pessoa, estava se posicionando contra.

Então ela usa mais uma vez de inverdades para tentar desmoralizar a concessionária, que tem absurdo respeito não só à figura do Burle Marx e sua obra, mas também a todo o patrimônio tombado e tem investido, prova disso, 350 milhões de reais na restauração desse patrimônio tombado, sem dinheiro público e sem uso de Lei de incentivo fiscal. É isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) - Obrigado. Com a palavra a Sra. Patrícia Marra Sepe, em seguida o Sr. Marcos Winther...

A SRA. ELIANE PIMENTA – Licença, Vereador, só um minuto. Essa fala que eu fiz hoje, eu li esta Ata. Está gravado. Consta em Ata do Conselho Gestor. Então é uma inverdade o que ele está fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) - Bom, vamos seguir em frente. Eu acho que depois podemos pegar essa Ata e verificar o que aconteceu ou o áudio.

A SRA. PATRICIA MARRA SEPE - Eu estava presente. Vamos pegar o áudio.

Boa noite a todos. Como o Vereador Nabil me apresentou, sou assessora do Vereador, mas fui durante 23 anos Servidora da Secretaria do Verde, Chefe de Gabinete. Tratei, pessoalmente, diversas vezes na Gestão da Prefeita Marta Suplicy, e do Ibirapuera, então, é uma questão emotiva para mim.

Mas queria dizer ao Samuel e a todos, duas coisas: eu acho que não é só o Poder

REUNIÃO: 21673 DATA: 19/03/2026 FL: 31 DE 62

Público que faltou. A gente também não tem a sociedade civil que apoia o projeto da Serraria. Não sei. Precisa aparecer, não é? Porque é o projeto da Urbia para Serraria, a gente não tem aqui, que não seja servidor da Urbia.

Na condição de Assessora do Nabil, eu venho acompanhando todas as reuniões do Conselho Gestor do Parque Ibirapuera desde o ano passado. De fato, é inegável que o parque melhorou muito. Eu, como gestora que fui, tinha muitos problemas, é inegável, está muito lindo. Mas, assim, nas diversas reuniões e acompanhando Conpresp, até as questões mais técnicas que você coloca, eu acho que não que elas tenham que ser colocadas aí para o Conpresp, mas eu queria pegar nas duas apresentações. Na apresentação do Samuel e na sua apresentação, Cássia. Eu acho que aí retratam duas coisas, duas concepções de mundo completamente diferentes. E o Samuel, com todo o respeito, você sempre fala: “Ah, mas o mundo é dinâmico. Por isso 22 era uma coisa.” O mundo é dinâmico mesmo. Mas chama atenção que qualquer intervenção da Serraria, desde o início dos anos 2000, depois e agora, com o Museu, nunca conseguimos mexer ali, felizmente. E Samuel também diz: “Ah, quem é contra o projeto da Serraria tem um viés ideológico.” Tem mesmo, mas não é uma ideologia partidária. É um viés ideológico de visão de mundo, Samuel. É isso que eu acho que é importante a gente dizer.

A questão, que eu até pontuei, o Samuel também coloca, desculpe. Mas assim: “olha, se não for aprovado e conseguir fazer as questões, a gente vai ter que fazer um reequilíbrio econômico-financeiro.” O Vereador Nabil até falou: “que se faça”. Se a sociedade apontar que aquilo lá tem um valor intangível, que se faça. São mais 30 anos de concessão, distribui o prejuízo que teve.

Mas eu queria colocar uma questão. Estamos trabalhando com um valor intangível. A concessão não considerou o valor intangível. E esse valor a gente não sabe o quanto ele custa até o dia que perdemos. Eu acho que o que a Renata mostrou... O dia que a gente perder essa fruição, essa paisagem, por que o que são valores intangíveis? São aqueles valores que a gente não consegue monetizar. Isso não está no contrato. Só que a Urbia sabe o valor. A Urbia sabe o valor monetário disso, porque nas reuniões que fizemos, o Vereador Nabil até sugeriu, fazer

essa academia ou essa outra coisa no estacionamento, na outra portaria, não sei o quê. Daí, não. Por quê? Porque a paisagem da Serraria, a paisagem da praça Burle Marx, aquele local tem um valor que a Urbia sabe que vai vender muito. Vão por uma Bio Ritmo ou uma sei lá o quê ali porque as pessoas querem olhar para aquele espaço e não para o estacionamento ou para outro ponto do Parque Ibirapuera.

Então era isso que eu queria ponderar sobre essa questão do intangível. Vai competir ao Plenário do Conpresp decidir isso ou não, na segunda-feira, mas também precisamos corrigir essa visão de que patrimônio é apenas patrimônio histórico. Queremos defender o patrimônio ambiental, o patrimônio de paisagem, o patrimônio de memória e afetividade também.

É isso. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Podem se aproximar Marcos Winther, arquiteto; e Mariana Marchi, da Associação Comercial.

O SR. MARCOS WINTHER – Boa noite a todos. Agradeço a oportunidade de estar falando, porque sou uma testemunha viva de um processo de ocupação do Ibirapuera.

Entrei na Prefeitura em 1985, já nos encontramos na Secretaria de Cultura, no DEPAVE – a Renata, na época, fazia eventos de ciclistas – e em todo o meu tempo na Prefeitura eu trabalhei nessas duas Secretarias: Secretaria da Cultura, no Departamento de Patrimônio Histórico; e Secretaria do Verde, ora no DEPAVE, ora em gabinete. Sempre que eu estava em uma ou em outra, havia um assunto em comum: o Parque Ibirapuera. Eu estava em todas as Comissões, todos os trabalhos, todas as análises que ocorreram desde que entrei na Prefeitura. Também já fui Conselheiro do Conpresp por muitos anos.

O projeto que a Urbia apresentou...bom, antes da Urbia, deixe eu voltar um pouquinho no tempo. Acho que vou, até, de certa maneira, desconstruir um pouco as falas que foram feitas.

Eu estava presente no projeto Mais Ibirapuera para Você, que começou em 1992 e pretendia ser finalizado até 1994, quando o parque completaria 40 anos. Essa área onde hoje chamamos de Serraria – na minha época chamávamos de Serralheria; talvez esse maquinário

que sobrou tenha mais a ver com trabalhos em ferro do que com trabalhos em madeira – não existia, quer dizer, não era visível.

Havia a garagem da Prefeitura, que ocupava uma grande área, e esse galpão estava escondido, com muitas construções em volta – na época, o projeto da Fundação Roberto Marinho se propôs a remover toda essa construção –, ou seja, o parque não chegava até ali; aquilo era uma garagem da Prefeitura, até porque o gabinete do Prefeito era no Parque Ibirapuera naquela época.

Bom, Roberto Marinho...

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Em 1994, já não era mais lá. Havia saído em 1991.

O SR. MARCOS WINTHER – Já havia saído? Essa área já não estava mais ocupada, verdade.

A Fundação Roberto Marinho propôs manter o galpão. Naquela época, não se deu um valor arquitetônico para ele. Quer dizer, deu-se um valor arquitetônico e paisagístico, mas o projeto de paisagismo concebido foi pensado em cima de uma proposta de ocupação daquela área.

Essa proposta foi formada por uma Comissão intersecretarial – Secretaria do Verde com a Secretaria do Patrimônio Histórico, a Secretaria de Cultura – com duas pessoas de cada Secretaria. Eu era uma delas. A ideia era: como vamos ocupar esse galpão?

A ideia era fazer algo comercial, com sanitários e ponto de alimentação – porque, naquela época, os pontos de alimentação eram escassos no parque – e esse projeto baseou o projeto paisagístico. Então as falas de que havia essa transparência 100% do galpão na concepção do projeto não refletem a realidade.

A realidade é que, há 30 e tantos anos, já havia a ideia de ocupar esse galpão com algumas atividades até do ponto de vista comercial. Isso pelos órgãos que eu representava – na época eu estava na Secretaria do Verde –, e isso nunca se efetivou. O paisagismo foi feito em função dessa ideia de ocupação, mas nunca se efetivou.

As ideias de ocupação foram mudando. Depois, veio a ideia do galpão, citada há pouco. Além do galpão de exposições, mais nenhuma ideia – que eu me lembre – foi feita.

No meu ponto de vista, o uso que hoje há...quer dizer, as coisas evoluem. Hoje temos uma memória daquele espaço sem nenhuma ocupação; mas eu me pergunto até que ponto essa não ocupação é benéfica. Porque acredito que todas as atividades comentadas aqui possam permanecer com uma ocupação também.

Por exemplo, a área de cima é fechada. É fechada, mas o parque é da população. Será que essa parte de cima não pode ser negociada para que haja alguns horários nos quais as associações e quem usa aquela área também possam usar? Seria uma parte mais administrativa, como uma conciliação de interesses.

Quanto ao projeto da Urbia, sou uma das pessoas que, desde o início, está acompanhando e fazendo análise de todos os projetos que passaram – eu e mais colegas do Condephaat e do IPHAN – e, como comentado, esse projeto foi aprovado. Foi aprovado em uma situação pior em termos de visibilidade, em termos de ocupação, em termos de uso do que se está propondo agora.

Então acho importante contar um pouco essa minha passagem por essa área. Lembrando também que essa parte, essa área da Serraria é – não sei quantos por cento – mas é uma área pequena no parque. Então quando se fala “Vamos perder uma área de verde, de contemplação, de praça, de parque”, não há perda; aquilo já está lá.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Você pode ir concluindo?

- Manifestação do público

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Não, eu estou sendo tolerante. Calma, calma, calma, gente, calma. Estou sendo um pouco tolerante...

- Manifestação do público

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Não, desculpe. Fui tolerante com a Eliane, fui...não adianta você querer fazer...estou falando para ele concluir. Fui tolerante porque não vou cortar as pessoas rigidamente como se aqui fosse uma coisa...estou sendo tolerante. Não aceito

esse tipo de comportamento, desculpe.

O SR. MARCOS WINTHER – Apenas para concluir...

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Conclua, por favor.

O SR. MARCOS WINTHER – Apenas para concluir, acredito que o projeto foi desenvolvido em um imóvel que não é especificamente tombado, mas que tem critérios e o imóvel é tombado. Quando as pessoas falam “Vamos correr com o tombamento desse imóvel” e apresentam esse projeto, pode ser que os órgãos de preservação aprovassem esse projeto também. O tombamento não congela uma situação. Todos sabem isso pelas intervenções em imóveis tombados. Congelamento não preserva o estado atual do bem tombado; ele permite revitalização, renovação, alteração, tendo justificativas...

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Você conclui, por favor?

O SR. MARCOS WINTHER – Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado. Agora, será a Mariana Marchi. Em seguida, será a Maria Claudia de Oliveira, Conselheira do parque.

A SRA. MARIANA MARCHI – Olá, boa noite a todos. Meu nome é Mariana. Venho aqui representando a Associação Comercial de São Paulo, especificamente o Conselho de Política Urbana de lá.

Venho explicitar, obviamente, a importância da discussão desse assunto, mas também queria falar um pouco sobre os novos usos dos bens tombados.

Sabemos que apenas valorizamos, restauramos e compreendemos a importância de um bem quando ele é utilizado. Apenas há segurança quando há pessoas. Apenas há preservação quando há uso. É um pouco isso, acho que nossas falas acabam se complementando um pouco.

Temos essa memória de ser um espaço subutilizado – que, porventura, pode até estar sendo mais frequentemente utilizado –, mas essa área foi objeto de disciplina do Mackenzie na matéria Projeto I, em 2015, cujo objetivo era fazer com que os alunos fizessem a proposta de uma plataforma elevada para dar uso a esse espaço. Estamos falando de dez anos atrás.

REUNIÃO: 21673 DATA: 19/03/2026 FL: 36 DE 62

Sabemos, como já foi dito, que ele foi aprovado, em 2022, em uma outra versão de projeto.

Vou ser breve, porque eu gostaria de trazer um questionamento: Se estamos lidando com essa questão a nível Conpresp, a nível órgão de tombamento, acredito que deveríamos discutir mais sobre o projeto do que sobre o uso dele, porque é isso que será discutido logo mais por todas as pessoas do Conpresp.

Enfim, muita coisa já foi dita aqui.

Eu gostaria de dizer que se estivéssemos, hipoteticamente, conversando sobre um projeto que se propusesse a restaurar, a requalificar o espaço, a trazer mais pessoas, convocar mais pessoas para que tivesse mais uso, que valorizássemos a estrutura, mostrássemos a história do lugar, que propuséssemos uma revitalização com um novo uso que não fosse comercial, ainda estaríamos tendo essa conversa? Gostaria de trazer essa minha preocupação e vou encerrar falando que poderíamos gastar esse tempo em uma nova discussão sobre o projeto em si, se ele é de qualidade e quais são os pontos positivos, os negativos, o que temos para melhorar.

Como ele já disse, a intervenção já começou, várias coisas já estão sendo revitalizadas. Podíamos começar a discutir mais sobre como fazer para ter um projeto que conciliasse as duas coisas, tanto valorizar a estrutura, a história, mostrar principalmente para várias pessoas que não sabem da importância do projeto, da importância do Burle Marx e tudo mais, quanto conciliar com um novo uso - que possa ser comercial ou não -, para incentivar um maior uso pelas pessoas.

É isso. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado.

Agora, Sra. Maria Claudia de Oliveira. Em seguida, Simone Boacnin.

A SRA. MARIA CLAUDIA DE OLIVEIRA - Boa noite a todos.

Falo como membra do Conselho Gestor do Parque Ibirapuera. Sou arquiteta, moradora e frequentadora do parque desde a minha infância.

Eu queria mostrar, para quem não viu ainda, o abaixo-assinado feito por nós, muito sério, pois não há *fake news*. Ele tem três pontos que vou ler para vocês rapidamente. Talvez eu passe um pouco do tempo, desculpem-me, mas acho a causa importante. Eu não gosto que digam que não somos sérios. Somos muito sérios.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 38

REUNIÃO: 21673 DATA: 19/03/2026 FL: 37 DE 62

“Nós, o grupo de Conselheiros eleitos, representantes da sociedade civil, do Conselho Gestor do Parque Ibirapuera, viemos a público manifestar nossa profunda preocupação e posicionamento contrário a qualquer intervenção de caráter comercial ou estrutural na área da serreria por parte da Concessionária Urbia...”

“Fundamentos da nossa reivindicação: Um...”, eu não vou ler tudo, vou sintetizar, mas são três pontos... “Um: Preservação do legado de Roberto Burle Marx e do paisagismo moderno na cidade de São Paulo, dentro do Parque Ibirapuera.”

A Cássia já muito bem explicou toda a importância que o Burle Marx tem para o parque, para o país, para o mundo e queremos que aquele espaço seja mantido como ele é. A despeito da fala do colega arquiteto que disse que ali que poderia ter sido feito um espaço fechado.... Enfim... mas não foi. Ele ficou aberto durante todos esses anos e a população se aproveitou desse espaço, dessa característica. Isso é muito importante.

Quando Samuel mostra aqueles desenhos, aquilo sim é *fake news*, porque com uma maquete que encomendo para um escritório de arquitetura... faço o que quero com aquilo. Quando ele mostra as árvores, através do vidro, o que estou mostrando? Que ali.... Estou vendo...Só que vai ter comércio, lanchonete, ar-condicionado, entrada, uma escada bonita debaixo do galpão. Então qualquer um vai poder subir? Não, vai ter uma portaria, vai ter controle.

É muito bonito dizer que “Ah, poderia ter horários que a população vai usar...”, isso não vai acontecer. Esquece. A Urbia quer lucro, quer colocar uma Bio Ritmo, uma Cia Atlética, quer maximizar o lucro dela.

E houve várias ótimas falas aqui. Acho que isso é um problema político, pois não se coloca alguém que visa lucro para cuidar de um parque que é um ambiente totalmente diferente. E nesse sentido, vou ler para vocês a definição sobre parque que está no PDE, Plano Diretor Estratégico de São Paulo: “Parque urbano é aquele localizado na zona urbana com a finalidade de conservar e de recuperar atributos naturais, de prover serviços ecossistêmicos e de oferecer equipamentos de lazer à população”. É isso, pessoal, um parque é para as pessoas aproveitarem o lazer, o tempo livre para irem lá e ficarem sem fazer nada. É lindo aquele espaço vazio, é lindo ver o pôr do sol quando você está ali lendo um livro, fazendo nada. Parque é para fazer nada, não é para ter nada ali dentro. Não queremos mais nada, há um milhão de quiosques de coco, restaurante, lanchonete, um monte de coisa, não precisamos de mais disso.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 39

REUNIÃO: 21673 DATA: 19/03/2026 FL: 38 DE 62

Aquele lugar é o último recôndito de paz daquele parque, porque eu que o frequento a vida inteira, fui vendo sua mudança assustadora. Quero deixar registrado que muitos dos ambientes que a Urbia faz no Parque são patrocinados por marcas de bebidas alcoólicas. Acho isso um contrassenso em um espaço frequentado por crianças e adolescentes, sendo um incentivo à bebida. Não poderia ser permitido isso.

Acho que todo mundo já falou bastante. Eu só quero dizer que aquele espaço deveria ficar como está. Ele é muito bonito, muito aproveitado, não é subutilizado. Não estou entendendo essa noção de subutilização. O que precisamos fazer lá para ele ficar utilizável? Ele já é lindo, contemplativo, paisagístico. Tudo aquilo faz parte de uma grande paisagem.

Era isso que eu queria colocar.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado, Sra. Claudia.

A SRA. MARIA CLAUDIA DE OLIVEIRA - E quem não assinou o abaixo-assinado, tem aqui o *QR code* para assinar, com o texto completo com todas as informações que trouxemos. Lembro-lhes que foi pedido o tombamento da Praça da Serraria e ela consta, também, no nosso abaixo-assinado.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Sra. Simone, e a última inscrita é a Sra. Dra. Célia Candida Marcondes Smith.

A SRA. SIMONE BOACNIN - Boa noite, nobres Vereadores, Renata Falzoni, Nabil Bonduki e Marina Bragante; Sr. Francisco, que está aqui representando a nobre Vereadora Cris Monteiro; meus colegas de Associação; Conselheiros; demais; Samuel.

Vou ler, porque acho que vou me expressar melhor e trazer um fato que precisamos refletir.

Falo aqui como representante da Associação Viva Moema e, portanto, como alguém que acompanha há anos a preservação e o uso do parque, inclusive com assento no Conselho Gestor.

É importante dizer que essa discussão que estamos tendo, hoje, não é inédita. Ela já aconteceu e, mais do que isso, já foi analisada pelo Poder Judiciário. Em 2008, houve uma decisão que anulou uma Portaria que autorizava intervenções na antiga Serraria do Parque. E essa decisão não foi superficial. Ela se baseou em fundamentos muito sólidos.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 40

REUNIÃO: 21673 DATA: 19/03/2026 FL: 39 DE 62

Primeiro, ficou claro que aquele espaço tem uma vocação específica que todo mundo já falou aqui: É uma área de fruição, de contemplação, de uso livre pela população. Não é espaço destinado a instalação de estruturas, sejam elas permanentes ou não, que alterem essa dinâmica.

Segundo, a decisão reconheceu que intervenções como as propostas violam as normas de tombamento. O Parque Ibirapuera não é um espaço qualquer, é um patrimônio protegido e isso impõe limites claros sobre o que pode ou não ser feito.

Terceiro, foi considerado o impacto ambiental: aumentar a circulação, gerar ruído, alterar o equilíbrio de uma área mais sensível do parque, tudo isso é visto como incompatível com a preservação do local.

Ou seja, não foi uma decisão pontual, foi uma decisão que analisou o conjunto, o uso, o patrimônio e o meio ambiente. E aqui está o meu ponto mais importante: nada disso mudou. A Serraria continua no mesmo lugar, inserida em um conjunto tombado, sendo um espaço de uso público livre e sujeita às mesmas regras de preservação.

Então a pergunta que precisamos fazer, acredito, é mais simples: Por que estamos discutindo novamente algo que já foi analisado e rejeitado com base em critérios que permanecem válidos? O que mudou concretamente para justificar uma decisão diferente agora? Se não houve mudança na legislação, no tombamento, na natureza do espaço ou na sua função, não faz sentido reabrir essa discussão como se fosse algo novo. Não é algo novo. Reabrir esse tema, sem um fato novo, apesar de estarmos nessa condição de concessão, não é evolução, é desconsiderar um entendimento já consolidado sobre a proteção desse espaço.

E, mais do que isso, é abrir um precedente perigoso de flexibilização de um patrimônio que é de todos. Por isso, o que se espera não é reinventar o debate, mas respeitar o que já foi decidido lá atrás, com base técnica, jurídica e ambiental.

Preservar o Parque Ibirapuera não é impedir o seu uso, é garantir que continue sendo exatamente aquilo que a cidade precisa: um espaço público livre, equilibrado e protegido. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) - Muito obrigado. Dra. Célia Marcondes Smith, é a última inscrita.

A SRA. CÉLIA CANDIDA MARCONDES SMITH - Olá, boa noite a todos. Parabéns

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 41

REUNIÃO: 21673 DATA: 19/03/2026 FL: 40 DE 62

Srs. Vereadores em convidarem a sociedade para discutir esse assunto. Porque ninguém foi convidado, nem sequer o conselho foi consultado sobre um tema tão importante, de tão grande valia para todos nós.

Bem, já estamos no Ministério Público contra os excessos praticados, lamentavelmente, pela Urbia. Tivemos de ir porque, lá, em Cerqueira César, na encosta da Paulista, as pessoas ouviam - e até pararam um pouco agora - o som que vem de dentro do parque.

Convivemos com animais que fogem do parque nos dias de grandes eventos. Eles fogem, todos, para as nossas casas no entorno. E não são só os pássaros, são macacos e outros animais que fogem do barulho.

Então está acontecendo um desvio de finalidade. O Parque do Ibirapuera não é mais um parque contemplativo, com uma função ambiental importantíssima, que é de acolher as águas que descem do espigão da Paulista. Ele perdeu a finalidade. Hoje é um grande *shopping* a céu aberto: dezenas de barraquinhas vendendo tudo, parece feirinha da pamonha, feirinha não sei de quê. Não é mais aquele parque lindo, contemplativo, que a gente lutou tanto para ter e manter.

Há uns anos, quando Eduardo Jorge era secretário, tentei plantar uma árvore lá dentro e houve um conselho para dizer: “Não, esse parque é tombado; aqui não pode ter uma árvore”. Mas, agora, pode tudo. O que está acontecendo com esta atual administração? Estão acabando com a cidade de São Paulo. E isso sem falar nos milhares de prédios que brotam por aí, onde não pode ter prédio.

Então é um descaso com a população de São Paulo e, caros, quem paga a conta somos nós, cidadãos paulistanos. Então os senhores precisam respeitar, a Urbia precisa respeitar e saber que ela não comprou um imóvel. Ainda que tivesse comprado e já falei isso para o senhor em uma das reuniões, pois comprei uma casa tombada, tenho um casarão tombado, e não posso mudar uma janelinha, nem a grade da janela. Como é que os senhores podem fazer tudo o que querem? Explorar comercialmente da forma que exploram?

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 42

REUNIÃO: 21673 DATA: 19/03/2026 FL: 41 DE 62

Acho que os senhores dizem que vão gastar 35 milhões para investir lá, guardem esse dinheiro, façam outra coisa ali. Não precisa gastar nenhum tostão. Aproveitem esse dinheiro para dar uma melhorada, considerem ver a gestão da arborização, porque está caindo, já quase matou pessoas. Façam outra coisa em vez de torrar essa grana para fazer academia. Convenhamos, né? Revejam seus conceitos, deem uma melhorada, respeitem a população e façam com que nós respeitemos vocês também. Que agradeçamos vocês por intervirem na cidade com algo de bom e não para destruir São Paulo.

E agora, outro recadinho para os Srs. Vereadores: o representante dos Vereadores da Câmara Municipal, no Conpresp, não é Vereador. Ele foi eleito Vereador, mas hoje ocupa o cargo de secretário. Então acho que os senhores deveriam intervir, porque ou ele escolhe, afinal, você não pode tocar dois instrumentos numa orquestra só.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Concluindo, Célia.

A SRA. CÉLIA CANDIDA MARCONDES SMITH - Por gentileza, quero pedir aos senhores: façam uma intervenção. É para nós. É uma vergonha isso que está acontecendo lá. Muito obrigada. Ótima noite a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) - Só esclarecendo, Dra. Célia. Só esclarecendo: quando tomamos posse na Casa, candidatei-me a ser o representante da Câmara no Conpresp.

Fizemos um abaixo-assinado de mais de 5 mil pessoas defendendo que fosse feita uma votação, na Câmara Municipal, para poder eleger o novo representante do Conpresp e houve uma decisão da Procuradoria desta Casa, e também da Procuradoria da Prefeitura, que, como o mandato do Vereador Goulart, licenciado, vai até junho deste ano, ele poderia continuar sendo o Vereador. Entramos, quer dizer, a Bancada do PT entrou na Justiça contra essa decisão sendo que, até hoje, não houve nenhuma deliberação.

Então os Parlamentares presentes, tanto a Renata como a Marina, apoiavam essa substituição, bem como outros Vereadores da Base também apoiavam, até que também tinham outros candidatos – eu não era o único candidato -, mas não conseguimos derrubar isso até o

REUNIÃO: 21673 DATA: 19/03/2026 FL: 42 DE 62

momento. Porém, é importante ressaltar que o mandato vence em junho, do Vereador Goulart, que está licenciado por ser secretário, e, portanto, essa discussão deve voltar agora, deve estar voltando agora no começo deste ano, até o final deste semestre.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) - Então é importante que a sociedade também fique... e queria até agradecer, porque nossa candidatura teve um apoio muito grande de muitas entidades e de muitas pessoas. Vereadora Renata, por favor.

A SRA. RENATA FALZONI – Só queria registrar que foi muito bem colocado o que V.Exa. manifestou. Não é algo que nos passa despercebido e nos incomoda.

O SR. CLEITON DE PAULA - Vereador Nabil, pela ordem, gostaria só de que pudéssemos projetar as diretrizes aprovadas em relação à Serraria especificamente, porque isso é uma deliberação do Conpresp e tem poder de lei. Então vamos ver isso só para poder tirar alguma dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) - Vamos ver então.

O SR. CLEITON DE PAULA - E em complementação também quanto à apresentação do Conpresp, o Sr. Presidente do Conpresp é Procurador do Município, e ele representa a Secretaria da Cultura, entretanto, ele está alocado nesta Casa, na assessoria jurídica do Presidente da Câmara. Sendo assim, daqui a pouco, não teremos mais ninguém no Conpresp, representando ninguém, porque é assim que fica.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – É possível aumentar para que se possa ler?
(Pausa) Vou ler, então.

- Orador passa a se referir a imagens projetadas

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) - Serraria Praça Burle Marx. Justificar a intervenção pretendida quanto ao uso e partido arquitetônico proposto. A construção da antiga Serraria deverá ocupar, no máximo, 50% do piso térreo e, no máximo, 30% do mezanino.

A construção deverá apresentar a linguagem que contraste com arquitetura existente, mantendo a transparência das estruturas liberadas e aparentes. Apresentar

fotomontagens da antiga Serraria, de diversos ângulos, a nível do pedestre e aérea, e sua inserção na Praça Burle Marx. Apresentar o projeto para a Praça, Bosque de Leitura e antiga Serraria de acordo com as diretrizes da Resolução 54/2018/CONPRESP, devendo incluir: indicação dos elementos a construir, a demolir e a manter para a Praça, o Bosque de Leitura; representação da arborização, jardins e gramados inseridos ou alterados, com a locação e identificação das espécies.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) - Pulei uma linha? (Pausa) E antiga Serraria, em planta, corte e elevações específicas para cada uma das construções de escala 1:50, representação da arborização, jardins e gramados inseridos e alterados, com alocação e identificação das espécies, apresentar o desenho e as especificações dos pisos propostos, referências de nível nos diversos pisos e passeios.

O SR. CLEITON DE PAULA - Diretrizes de preservação, 50% do térreo e máximo 30% do mezanino. Pergunta ao senhor representante da concessionária: essa diretriz está cumprida no projeto que os senhores apresentaram?

O SR. SAMUEL LLOYD - Bom, não podemos ver um filme como uma foto. Depois desse documento, várias reuniões do conselho já aconteceram, vários projetos foram debatidos e existe uma outra decisão depois dessa, de que não há nenhuma diretriz aprovando o projeto de 2022.

O SR. CLEITON DE PAULA – O senhor afirma que houve uma diretriz que cancela...?

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Uma pessoa por vez. Pode terminar.

O SR. SAMUEL LLOYD – O documento traz o início de uma discussão relativa ao plano de intervenção, que é um projeto conceitual. Após a apresentação do projeto conceitual e após diversas reuniões com os três órgãos de tombamento, bem como com técnicos dos departamentos de patrimônio de defesa do patrimônio histórico, chegou-se ao projeto finalmente aprovado, que supera essa diretriz.

E outra coisa: diretriz de tombamento não é resolução de tombamento. Elas têm uma diferença técnica muito importante. Em relação à diretriz, cabe essa discussão, já que ela não tem esse poder de lei, etc. Cabe discussão.

Já a resolução de tombamento trata de outras questões e ela é muito mais perene, eu diria. Mas as diretrizes são debatidas ao longo do tempo, como aconteceu nesse processo e resultou, inclusive, na aprovação sem diretrizes do projeto atualmente aprovado, que tem uma ocupação maior.

Temos até um técnico do PH, que, de repente, pode dar uma orientação melhor.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Bom, vamos organizar as nossas falas. Eu quero falar, acho que a Marina também quer falar e há outras pessoas inscritas. Vou dar a palavra para o Marcos e para o Clayton, apenas para terminar essa polêmica, para depois podermos continuar.

O SR. MARCOS WINTHER – Então, apenas resumindo, endossando o que o Samuel falou, isso foi em um primeiro momento. Pela quantidade de material projetual que foi entregue, foi feito um primeiro estudo e foi feita uma primeira aprovação com diretrizes. Essas diretrizes saíram quase como um Comunique-se. E, em cima disso, foi discutido. Há pontos que não aprovamos dentro do geral de intervenções. Há pontos que pedimos revisão, há pontos que demos diretrizes. Mas depois houve projetos mais desenvolvidos, os quais foram discutidos. Então, você pode, inclusive, pelos termos nos quais foi escrito, entender isso como diretriz. Quer dizer, digo isso porque fui um dos autores desse documento.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Você era representante da Secretaria de Cultura no Conpresp?

O SR. MARCOS WINTHER – Não. Nessa época, eu trabalhava no DPH. Eu estava como diretor de preservação.

A SRA. MARINA BRAGANTE – Nabil, posso só fazer uma pergunta? Onde está o documento que altera esse? Porque esse conseguimos achar rapidamente. Estou entendendo que a assessoria fez isso rapidamente. Então, onde está esse documento? Se vocês puderem

disponibilizar, o façam, para que possamos entender.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Vamos organizar. Apenas para ficar claro: existe outro documento que muda essas diretrizes ou existe uma resolução que muda essa diretriz?

O SR. MARCOS WINTHER – Olha, não. Resolução é uma coisa. A resolução não pode ser alterada – exceccionalmente, às vezes, altera. Mas isso é uma primeira aprovação de um plano conceitual, que saiu com essas diretrizes para desenvolvimento de projeto.

Houve outras fases que não responderam especificamente a cada diretriz. As outras fases foram apresentação dos projetos. Então, quando você vai analisar o projeto, você tem essas diretrizes aprovadas, mas elas não estão numa resolução que não possam ser revistas. Então...

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Já deu para entender. Então, na verdade, o Conpresp deveria ter feito uma resolução de tombamento, que não foi feita. Por quê?

O SR. MARCOS WINTHER – Bem, a resolução de tombamento do Parque Ibirapuera existe.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Sim. Mas sobre esse aspeto da Serraria, não.

O SR. MARCOS WINTHER – É muito vaga. Houve uma complementação depois.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – É um vácuo na resolução.

O SR. MARCOS WINTHER – Não. As resoluções não conseguem, às vezes, abordar 100% do que possivelmente pode ser feito no futuro.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Sim.

O SR. MARCOS WINTHER – Há muitas. A do Ibirapuera é muito antiga, mas depois foi se desenvolvendo um pouco mais isso nos outros tombamentos.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Ok, o Cleiton pediu a palavra e a Sylvia também. Tem a palavra, Cleiton.

O SR. CLEITON DE PAULA – Que bom, Marcos, que você está resgatando isso.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 47

REUNIÃO: 21673 DATA: 19/03/2026 FL: 46 DE 62

Conhecemo-nos há tanto tempo, estava no segundo ano da FAU - USP quando conheci o Marcos. Ele me capturou para fazer o Centenário do Trianon, que não era privado, foi privado, etc., mas faz tempo.

Acho o seguinte: precisamos nos ater a algumas questões que estão escritas, fundamentalmente. Então, é assim: vamos discutir o tombamento do Ibirapuera? Vamos discutir as diretrizes de preservação? Vamos. Está tudo certo, tudo é passível de discussão. O mundo anda para frente. É assim mesmo.

Ocorre que vivemos em um determinado ordenamento jurídico. Ou então jogamos fora o ordenamento jurídico e começamos do zero. Também podemos fazer isso. Mas o que é importante entendermos? Por que existe o princípio do não retrocesso protetivo? Porque isso é um bem difuso, que não pertence a ninguém. Por tal razão, ninguém pode dispor dele. É indisponível. E isso é importante, isso é doutrina brasileira centenária, fundada.

Então, foram estabelecidos. Entendo seu ponto de vista, Marcos, acho que temos que debater mesmo, e eu acho que projetos de intervenção são bem-vindos, os da Pinacoteca, da própria Sala São Paulo, projetos de intervenção fortes, que foram muito bem-vindos e muito adequados nos dois casos, criando projetos para instituições sem fins lucrativos, públicas. Não apenas para a questão política.

Mas o que é importante, Nabil, é fazer o seguinte: existe uma resolução, ou melhor, uma deliberação do Conpresp estabelecendo uma diretriz de ocupação. Está escrita. Ela está valendo até que seja revogada ou substituída. Detalhe: se ela for revogada ou substituída por outra, não pode haver retrocesso protetivo. Não sou eu, isso é a Constituição Federal. Não é porque eu quero, é assim. Eu não quero nada disso, eu quero que seja zero por cento, mas ela pode ser 30.

Então, a pergunta é: existe outra deliberação do Conpresp que modifique ou cancele essa? Se existir, precisamos ter acesso, porque vasculhamos o Conpresp e não há. Então, se não há nada que altere, vale isso. E se o Conpresp quiser alterar, não pode, porque não pode haver retrocesso.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado. A Sylvia pediu a palavra.

A SRA. SYLVIA RACHEL MIELNIK – É rápido: apenas para dizer que o conselho gestor, desde o início, pediu o plano de intervenção

O SR. SAMUEL LLOYD – Foi apresentado.

A SRA. SYLVIA RACHEL MIELNIK – Mas mudava muito, mudava a cada mês. Pedíamos para Secretaria do Verde: “Qual é o plano de intervenção?” A resposta era: “Não temos ainda. Estamos esperando para aprovar.”

Então, para mim, é uma dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Marina, quer falar? Vou passar para a Marina primeiro e, em seguida, quero poder também me manifestar.

A SRA. MARINA BRAGANTE – Obrigada, Nabil, boa noite. Boa noite a todo mundo que está presente.

Vim com uma fala organizada e fui tentando contemplar as coisas que entendi importantes, em especial as falas da Maria Clara e da Patrícia, às quais quero agradecer, porque acho que elas trazem um princípio fundamental para discutirmos aqui, que é: que cidade nós queremos? O que significa essas pessoas estarem aqui, hoje à noite, falando?

Precisamos do Ibirapuera como um espaço de contemplação. Isso faz diferença em uma cidade como São Paulo, em que, a 20 passos para lá da Serraria, há um monte de carros passando, um monte de coisa acontecendo.

Esses espaços são relevantes para uma cidade incrível como São Paulo, mas que é danosa também a nossa saúde – e onde o tecido social está cada vez mais esgarçado. E esses espaços são muito importantes para nos mantermos como sociedade, para nos reconhecermos como cidade e para termos um espaço de contemplação, de conexão com a natureza.

E quando a Renata pediu para mostrar o outro vídeo, falei: “Não mostra”, porque a primeira foto, para mim, é incrível. Ela mostra que não precisamos ter 200 mil pessoas o tempo inteiro no mesmo lugar para ser um lugar bom. Podemos ter um espaço vazio naquele parque que é cheio de gente. É lindo ele ser cheio de gente, também acho. Não acho que não

precisamos querer gente no parque, mas não precisa ser o parque inteiro: um pedacinho que a população usa, gosta e pede para ficar.

Concordo que a população que veio até aqui pede para ficar. E não apenas a que está. Nas redes sociais, em vários outros espaços, temos visto a população se manifestando para que ela fique.

Mas também vou ler uma parte do que tínhamos escrito, porque acho que é uma história confusa, porque vai e volta, como muita coisa que acontece em uma cidade onde há um puxando para cá e outro puxando para lá. E escrevemos, com base naquilo que conseguimos encontrar de documentos públicos que registram o que está acontecendo.

Por isso, quero apenas retomar rapidamente. Eu tinha uma fala, cujo início tratava do Plano Diretor, mas acho que a arquiteta falou bastante. Cássia, obrigado. Foi ótimo te escutar.

Vou começar, então. Além das resoluções do IPHAN com o DPH Conpresp – das quais já falamos aqui hoje – e do Plano Diretor participativo do parque, outro documento importantíssimo para a contextualização desse debate é o Plano de Intervenções do Parque do Ibirapuera, do qual estamos falando neste momento, apresentado pela Urbia nos termos do Contrato de Concessão 57, da Secretaria, de 2019, e que foi aprovado parcialmente pelo Conpresp em novembro de 2021. Se não me engano, plano de intervenção esse aprovado em cima das diretrizes que estamos discutindo também aqui, correto?

Esse plano tem uma relevância significativa, porque a sua aprovação pelo Conpresp se deu mediante a definição das diretrizes que devem ser observadas pela Urbia durante o período da concessão. E aí eu vou destacar aqui, mais uma vez, apesar de a gente estar falando sobre isso há três minutos, duas diretrizes.

A primeira é a construção da antiga serraria, que deverá ocupar no máximo 50% do piso térreo e no máximo 30% do mezanino. E a segunda é a construção que deverá manter a transparência e as estruturas liberadas e aparentes. A Cláudia trouxe uma fala, se não me engano foi você, que era assim, tudo bem, a parede é de vidro, mas o que vai lá dentro? Porque se lá dentro for estande, forem coisas que fecham, a gente vai, de novo, impedir que o que se

propõe seja feito. Senão não faz sentido, né? Se a gente for fechar para não ter nada lá dentro, deixa aberto, economiza, concordo com a senhora.

Em 2022, a Urbia fez um projeto para a Serraria que previa a demolição da pavimentação externa, construção nova e reforma. De acordo com o parecer do técnico do DPH, o projeto consistia em um bloco sobre a cobertura da Serraria, com área menor do que 50% da área total, abrigando conjunto de sanitários, vestiários, café com lanchonete e escada de acesso. Sobre essa área edificada, havia um piso técnico e no nível do mezanino, havia uma grande área livre sem vedações. As novas intervenções eram todas independentes das construções existentes e deixavam aparente a estrutura e a cobertura originais.

Por conta disso, foi entendido que o projeto estava de acordo com as diretrizes definidas pelo Conpresp no plano de intervenções do parque, e, por conta disso, o projeto foi aprovado pelo Conpresp. Então, a Urbia já tem um projeto aprovado, do IPHAN, Condephaat e Conpresp para a Serraria, e que poderia ser implementado a qualquer momento.

Mas, por algum motivo, decide fazer um novo projeto para a estrutura da Serraria, e esse é um projeto que gerou pareceres contrários do corpo técnico do DPH e tem despertado o debate e as reações negativas por parte da sociedade civil.

Os principais motivos para o parecer contrário dos técnicos do DPH ao novo projeto são: lembram que as diretrizes do plano de intervenções do Parque Ibirapuera definiam que a construção da antiga Serraria deveria ocupar, no máximo, 50% do piso térreo e, no máximo, 30% do mezanino? Pois é, esse novo projeto pretende ocupar 8 módulos no térreo e 12,5 módulos no mezanino, o que corresponde aproximadamente a 57% do térreo e 89% do mezanino, claramente contrário às diretrizes do Conpresp.

Além disso, os técnicos do DPH indicam que o projeto promove o fechamento substancial de espaços originalmente aberto e permeável, resultando em estreitamento de percursos, redução da fluidez espacial e comprometimento da leitura paisagística e da experiência do usuário visual e na articulação entre arquitetura e paisagem do usuário, descaracterizando o partido original do projeto, baseado na amplitude e na continuidade visual e

na articulação entre arquitetura e paisagem, além de introduzir linguagem contemporânea dissonante em relação à modernidade do conjunto concebido pelo paisagista Burle Marx.

Considerando isso, eu queria que fosse esclarecido. Quais os motivos que levaram a Urbia a fazer um novo projeto para a Serraria, considerando que já tem um projeto aprovado, e isso a gente já falou algumas vezes, acho que é importante escutar. Qual é a justificativa da Urbia para fazer um projeto que não observa as diretrizes do Conpresp definidas no plano de intervenções? Por que a Urbia entende que pode submeter um projeto dissonante das diretrizes do plano de intervenções ao crivo do Conpresp? Porque eu entendo que o IPHAN e o Condephaat anuíram com o novo projeto porque, a nível de União e estados, não tem diretrizes, mas, no nível municipal, tem e elas precisam ser observadas.

Deixe-me ver se tem mais alguma coisa que eu queria falar. Considerando a função do espaço prevista no Plano Diretor, quais outros espaços no parque hoje observam e absorvem essa característica? Porque a gente está tirando uma que é relevante e ela não está em outro espaço. Então, eu queria entender se tem essa perspectiva.

E acho que é isso.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado, antes de eu me manifestar, o Samuel pediu a palavra.

O SR. SAMUEL LLOYD – Também vou aproveitar para responder as dúvidas da Vereadora Marina Bragante.

Primeiramente, estamos falando de um projeto muito complexo. E a importância que Ibirapuera tem para a cidade, para todos nós, para todo mundo que vem a São Paulo, torna ainda mais complexo, porque exatamente há vários conflitos de uso, oposições dissonantes. Então, este trabalho que estamos aqui hoje discutindo foi construído através de muito diálogo institucional.

Então, naquela primeira diretriz, foram apresentados todos os pontos de intervenção do Parque Ibirapuera. Onde teria um restaurante, onde teria um banheiro, que tipo de intervenção seria feita, por exemplo, na antiga administração. Tudo isso fazia parte de um conjunto de

intervenções.

E aí, naquele momento, houve essa diretriz, que não é uma resolução, é uma diretriz. E, depois dessa diretriz, muitas reuniões desse comitê técnico, que reúne os três órgãos de tombamento, IPHAN, Condephaat e Conpresp, detalharam cada um desses projetos. Nós participamos ativamente dessa discussão, com os próprios técnicos. Acho que o Marcos Winther, que está aqui hoje, participou de algumas das reuniões. E aí, nós chegamos, então, depois daquela primeira diretriz do plano de intervenção, que não tinha um detalhamento técnico deste prédio, era mais conceitual, apresentamos o projeto executivo, que tinha mais detalhamento técnico, e essa é a aprovação, que supera aquela diretriz. Então, esse despacho.

Esse despacho que está aqui, está no SEI, não está em sigilo, as pessoas têm acesso, está na minha apresentação, inclusive, todos os protocolos. Antes dessa aprovação, houve um parecer completo dos técnicos do DPH, recomendando a aprovação após esse diálogo técnico.

Então, nós estamos trazendo aqui uma série de informações, que são informações técnicas, que são informações profissionais, e elas estão sendo jogadas nesse debate, como se fosse uma coisa ou como se fosse outra. Como se tivesse poder de lei, como se tivesse poder de resolução, e elas não o são.

Então, essa aprovação aqui, que está aqui na tela de todo mundo agora, ela diz que aquele projeto que tem intervenção, que tem mezanino, que é feito de alvenaria, foi aprovado.

Agora, respondendo à pergunta de V.Exa....

- Manifestação fora do microfone.

O SR. SAMUEL LLOYD – Não, respeitava. Esse aqui, não. A Urbia nunca apresentou nenhum projeto que tinha aquela proporção. O nosso projeto inicial do plano de intervenção ocupava 100% do mezanino, e o projeto aprovado é este que está aqui nesta tela. A Urbia nunca protocolou nenhum projeto com 30% e 50%. Nunca. Nós nunca fizemos.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Esse projeto aprovado ocupava que área?

O SR. SAMUEL LLOYD – Eu tenho aqui... Calma que eu já pego agora.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Quanto? 86% em cima e 44% embaixo.

O SR. SAMUEL LLOYD – Desculpe-me. Estou aqui. Mezanino, 82%. E, neste projeto aprovado, aquela ponte rolante que foi mostrada, inclusive na apresentação da Dra. Cássia, não estava presente no projeto aprovado. E o térreo era ocupado com 44%.

Nessa evolução desse projeto, já respondendo à pergunta de V.Exa., nós, depois de mais diálogo técnico para melhoria da qualidade da paisagem urbana, mantendo a necessidade de uma intervenção para que se garantisse, ao longo dos próximos 30 anos, a boa manutenção e o restauro contínuo desses equipamentos, que dependem de dinheiro, e o Parque Ibirapuera não mais tem aporte de recursos públicos.

Portanto, essas atividades econômicas são as que sustentam o parque no nível de restauro que ele está hoje. Este projeto melhora a intervenção porque troca a alvenaria, traz uma tecnologia 100% reversível, que é uma palavra mágica para qualquer tombamento, qualquer intervenção em patrimônio tombado. E é por isso que estamos aqui nesta discussão. Porque nós queremos um parque melhor para todo mundo. Nós estamos ouvindo o que vem da população.

E, outra coisa, nós temos profundo respeito aos ritos, senão não estaríamos aqui. Porque esse projeto, e Dra. Célia, a senhora falou mais uma vez, vou repetir o que falei no conselho gestor, pode ficar tranquila que qualquer intervenção só será feita com aprovação devida dos técnicos e dos conselhos de preservação do patrimônio.

Então, deixo isto muito claro: do lado de cá, estamos fazendo uma defesa e estamos em diálogo com a sociedade. Agradeço esta audiência pública, porque o nosso objetivo é fazer isso de forma informada e respeitando todos os ritos legais.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Eu queria agora me manifestar.

A primeira questão, que considero fundamental, é entendermos o que é o tombamento e o que ele permite em termos de intervenções em imóveis tombados. Tombamento não significa, de maneira nenhuma – e essa é uma visão contemporânea –, manter o imóvel exatamente como ele era originalmente. Pode haver uma resolução que diga que nada deve ser

alterado, ou pode haver uma resolução que detalhe o que pode ser feito dentro de um imóvel tombado, de um parque tombado ou de qualquer bem protegido.

Portanto, é essa resolução que orienta o projeto. Para um projeto ser bem orientado, ele precisa de uma resolução. No caso aqui, não há uma resolução específica para o Parque do Ibirapuera; o que existe se refere à Serraria. Ou seja, há um vazio, porque não se estabelecem claramente os limites do que pode ou não ser feito.

Houve, sim, a aprovação de uma diretriz – não é exatamente uma resolução –, mas entendo que ela deveria orientar a análise do projeto. Ainda assim, considero que o Conpresp falhou ao não aprovar uma resolução específica para o Parque do Ibirapuera, especialmente para a Serraria. Porque, se você não tem essa definição, você não sabe exatamente o que pode e o que não pode ser feito. E aí se vai diretamente para a análise de um projeto, como aconteceu aqui, sem uma base conceitual clara.

Eu entendo que, embora não seja uma resolução, a diretriz deveria orientar essa análise. Mas isso, a meu ver, diz respeito ao próprio procedimento do Conpresp, que, como a gente sabe, tem sido falho ao longo do tempo.

Nós estamos fazendo essa discussão aqui em 2026, mas, em 2022, quando ainda estávamos saindo da pandemia, talvez nenhum de nós – inclusive eu – soubesse que esse projeto estava sendo discutido. Então, é possível que tenha havido, naquele momento, uma falta de participação da sociedade, e isso agora retorna, até porque a própria Urbia resolveu alterar o projeto.

Eu não vou aqui emitir uma opinião detalhada sobre o projeto anterior ou o atual, mas considero que o projeto anterior era muito ruim. Ainda assim, do ponto de vista formal, poderia ter sido aprovado. E a aprovação do Conpresp, como sabemos, muitas vezes é contestada – inclusive judicialmente.

Quero fazer mais um ponto. Nós estamos aqui polemizando, inclusive com o Samuel, a quem cumprimento pela presença. Mas eu acho um absurdo, inadmissível, que a Secretaria do Verde e a Secretaria de Cultura, que são responsáveis pela Prefeitura de São Paulo, não

REUNIÃO: 21673 DATA: 19/03/2026 FL: 54 DE 62

estejam presentes neste debate. Isso é uma vergonha.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Porque, vejam bem: a questão, do meu ponto de vista, não é com a concessionária. A questão é com a Prefeitura. Quando a Prefeitura concede o Parque Ibirapuera, ela, na prática, lava as mãos e diz: “Não vou mais gastar um centavo”. Ao contrário, passa a cobrar uma outorga inicial e depois uma outorga variável, de acordo com a rentabilidade.

E aí cabe aos órgãos de preservação e à CPPU se manifestarem sobre o que pode ser feito. E o que acontece? Pode ter propaganda, pode ter alteração em imóvel tombado. Por quê? Porque a concessionária diz: “Eu preciso gerar receita para pagar o investimento e os custos de manutenção do parque”.

Então, na verdade, esse é, do meu ponto de vista, o problema – a armadilha – desse tipo de concessão. E não é só no Ibirapuera, são todas as concessões.

Basta ver o caso do Vale do Anhangabaú: instala-se uma estrutura, como essa tenda que está lá há quase um mês, para a Serasa fazer uma feira de quitação de dívidas dentro de uma praça pública. Uma tenda que, evidentemente, não serve só para isso, mas para outras atividades que vêm sendo realizadas em áreas concedidas e que não correspondem necessariamente ao interesse e à vocação daquele espaço. Então, é uma armadilha.

É uma armadilha em que nós estamos inseridos e que estamos sofrendo as consequências. Porque, na verdade, o que se discutiu aqui – e várias pessoas se manifestaram – revela uma vontade muito expressiva da sociedade, inclusive de quem apoia a concessão, de que aquele espaço não seja transformado e ocupado dessa maneira.

O fato de ele ter sido, anteriormente, uma garagem, de estar abandonado, não significa que, com o tempo e com a sua redescoberta, não tenha adquirido valor. E esse valor é construído ao longo do processo.

Vou dar um outro exemplo: não sei se vocês se lembram dos chamados Arcos do Jânio, ali no acesso à Avenida Vinte e Três de Maio. Aquilo estava completamente encoberto;

quando as casas foram demolidas, o espaço apareceu. A partir daí, passou-se a conhecer um lugar com identidade. E, com o tempo, o uso vai gerando valor – valor afetivo, valor paisagístico.

Portanto, o fato de anteriormente estar obstruído não justifica que deva continuar obstruído agora. Essa análise precisa ser feita neste momento.

Nós estamos diante de um nó. E esse nó é a forma como a concessão está apresentada. Esse é um caso, mas haverá vários outros, porque faz parte da lógica desse tipo de concessão que a concessionária busque rentabilizar o espaço. E a Prefeitura, por meio de seus órgãos – seja Cultura, seja Meio Ambiente –, precisa ser parte ativa desse processo. Assim como a Secretaria de Urbanismo e a CPPU, especialmente quando há impactos na paisagem.

Mas isso é um nó, porque, se considerarmos tudo aquilo que a sociedade expressa para o Parque do Ibirapuera – e ouvimos muito disso aqui –, provavelmente várias das intervenções voltadas à rentabilidade não poderiam ocorrer.

Então, estamos diante de um impasse. E talvez este seja o momento de levar esta discussão adiante e questionar o modelo que está sendo adotado. Porque não é algo pontual: ele está sendo reproduzido em vários casos.

Ontem mesmo estive no futuro parque do Campo de Marte. Antes mesmo de sua implantação, ele já está concedido. E a lógica é a mesma. Ou seja, vamos replicando esse modelo, e cabe à sociedade discutir se quer investir recursos públicos para manter um parque ou se aceita uma lógica de rentabilização sem limites.

Eu não acho que não possa haver atividades econômicas em um parque. Pode haver, desde que sejam compatíveis com a vocação e a natureza daquele espaço. Isso é perfeitamente possível. O problema é quando se libera qualquer tipo de atividade, porque aí o espaço perde a sua vocação.

E isso já está acontecendo, de forma mais radical, no Vale do Anhangabaú, que fica fechado por muitos dias ao longo do ano. Ou seja, uma praça pública que deixa de ser, na prática, uma praça pública.

No Parque do Ibirapuera, ainda não estamos nesse nível. As pessoas ainda

conseguem acessar, participar. Mas é importante continuar discutindo para rever determinadas formas de ocupação do parque. Este é um exemplo, mas há vários outros.

Por fim, quero dizer o seguinte: teremos uma discussão no Conpresp na segunda-feira. Do meu ponto de vista, esta discussão que estamos fazendo aqui precisa ser aprofundada. Esta audiência foi muito esclarecedora, e seria importante que os conselheiros estivessem aqui ouvindo para que se possa tomar uma decisão que contemple a visão da sociedade. Porque, infelizmente, hoje o Conpresp tem seis representantes da Prefeitura – porque, como o representante da Câmara é Secretário, está subordinado à Prefeitura – e somente três representantes da sociedade civil.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Mas tudo bem. Aí é problema do CREA, está certo? O CREA é uma entidade autônoma. Se ele vota sempre com a Prefeitura, deveria discutir com eles, com os engenheiros, etc. De qualquer maneira, nós temos hoje seis representantes da Prefeitura no Conpresp. A sociedade pode se manifestar, mas não tem número. Então, precisamos fazer com que isso seja, de alguma maneira, modificado para que a sociedade possa ser ouvida.

Então, eu queria ver com a Vereadora Renata, que é nossa companheira nesta Comissão - são 9h06 – se a gente abre mais uma rodada.

A SRA. RENATA FALZONI – Eu só gostaria de fazer uma pergunta para o Samuel, que está presente. Eu gostaria de saber, dito por ele, qual foi a posição, a decisão da Secretaria do Verde e Meio Ambiente sobre o primeiro projeto apresentado pela Urbia.

O SR. SAMUEL LLOYD – Bom, sobre o plano... Qual é o fluxo hoje?

A SRA. RENATA FALZONI – Estou perguntando. Por gentileza, seja objetivo, Samuel. Eu quero que você me diga qual foi a posição.

O SR. SAMUEL LLOYD - Foi favorável. O primeiro ...

A SRA. RENATA FALZONI – Foi favorável.

O SR. SAMUEL LLOYD – É só porque tem uma discussão sobre qual é o primeiro.

REUNIÃO: 21673 DATA: 19/03/2026 FL: 57 DE 62

Então, vamos lá. O primeiro foi o Plano de Intervenção, ok? A Prefeitura foi favorável ao Plano.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Que é o do 30 e 60?

O SR. SAMUEL LLOYD – Esse que tem a diretriz.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Sim.

O SR. SAMUEL LLOYD – A resposta dele tem a diretriz. Mas qual é a questão? Não existe hoje uma formalização sobre aprovações dos projetos da Secretaria do Verde. Basicamente, a Secretaria do Verde acompanha a decisão do Colegiado dos três órgãos de tombamento, que normalmente deliberam em Colegiado e depois passam para aprovações específicas. Então, no nosso projeto até hoje, nesses cinco anos de contrato, a Secretaria do Verde acompanha a decisão dos órgãos de tombamento.

A SRA. RENATA FALZONI – Desculpa, eu vou repetir a pergunta, Samuel. Qual foi a posição ... A DIPO não tem que se manifestar?

O SR. SAMUEL LLOYD – Tem. Mas nós, até que seja aprovado pelos órgãos de tombamento, o projeto que nós vamos levar para uma obra, nós não apresentamos formalmente para a Secretaria do Verde. Então, ...

- Manifestações simultâneas.

A SRA. RENATA FALZONI – Ele não se manifestou ...

O SR. SAMUEL LLOYD – Sobre esse projeto, não.

A SRA. RENATA FALZONI – A DIPO. Você não apresentou. E o primeiro?

O SR. SAMUEL LLOYD – Exatamente. O primeiro, Plano de intervenção, foi aprovado pelos três órgãos, a gente está de acordo.

A SRA. RENATA FALZONI – E a DIPO se manifestou?

O SR. SAMUEL LLOYD – A DIPO, nesse processo, não se manifestou.

A SRA. RENATA FALZONI – Ok.

O SR. SAMUEL LLOYD – Mas o que a gente tem são muitas reuniões, reunião do Conselho Gestor, em que as opiniões são colocadas. E foi até por isso que nós protocolamos um projeto modificativo que todos nós consideramos muito melhor para atender a todas as

REUNIÃO: 21673 DATA: 19/03/2026 FL: 58 DE 62

demandas, tanto de Conselhos de Gestão quanto da população em relação à questão da permeabilidade física e visual daquela intervenção.

A SRA. PATRÍCIA MARRA SEPE - Vereador, me permite um aparte? Porque eu acho que é importante pela questão da *fake news* que ele vive acusando.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) - Patrícia, só um minutinho. Eu vou abrir a palavra a quem pediu. (Pausa) O Cleiton pediu. Alguém mais quer fazer manifestação? Dois minutos para cada um, pois já são quase 9h10, certo? Precisamos caminhar para o encerramento. Então, vou dar a palavra para a Patrícia, para o Cleiton, para a Cássia e depois passo para a Renata e para as considerações finais da Comissão. Vamos lá, Patrícia.

A SRA. PATRÍCIA MARRA SEPE - Eu acredito que as atas do Conselho Gestor do Ibirapuera estejam registradas; elas são gravadas. Eu venho acompanhando no último ano, e foi explicitamente falado pela Sra. Juliana, servidora da SVMA, que o projeto de 2022 não foi aprovado pela Secretaria. E eu, como servidora há 33 anos, falei: “Onde está escrito isso?”. “Ah, gente não oficializou”, “Não sei o quê”, mas está em ata, gravado. Ela disse que o projeto teve que ser modificado porque a Secretaria não aceitou o projeto de 2022.

Acho um absurdo como processo administrativo, mesmo que seja dito “Ah, foram reuniões informais”. Porque, querendo ou não, a Secretaria é o órgão que fiscaliza o contrato, e o projeto da Serraria tem que passar... Os três órgãos podem dizer “Tudo bem, pelo Patrimônio”. Mas, como órgão gestor de uma área pública que tem que defender o Plano Diretor e é a gestora do parque, ela pode falar: “Tudo bem, você aprovou lá, mas a gente não aprova”.

Quisera a Secretaria tivesse essa posição de independência. Mas está gravado, e ela disse que o projeto de 2022 não tinha sido aprovado e que pediu para vocês fazerem alteração.

- Manifestações simultâneas.

A SRA. PATRÍCIA MARRA SEPE - Está gravado, está gravado, por favor.

O SR. SAMUEL LLOYD – A autorização da Secretaria do Verde se chama Ordem de Início de Obra. A gente só vai para a Ordem de Início de Obra depois que o projeto for

aprovado nos três órgãos de tombamento e que estamos todos felizes. Mas, como eu falei, vocês estão vendo um filme como uma foto. Tem uma série de reuniões que acontecem, tem reuniões mensais com a Secretária do Verde para todos os projetos. Havia reuniões quinzenais, naquela época, com os órgãos de tombamento para discutir todos os projetos. Eram reuniões extraordinárias. Então, o que eu estou dizendo aqui é que não há formalização de uma aprovação ou não, porque nós não submetemos, nós não pedimos início da obra daquele projeto aprovado.

- Manifestação longe do microfone.

O SR. SAMUEL LLOYD – Está errado na sua opinião, mas não é o fluxo que funciona hoje, entendeu? Então, todos os projetos do Parque Ibirapuera tiveram uma autorização formal para início da obra, e é essa que é considerada a autorização da Secretaria do Verde.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) - Depois, seria importante a gente poder receber essa autorização. Tem a palavra, Cleiton.

O SR. CLEITON DE PAULA – Sr. representante da concessionária, estou vendo um filme. Eu gosto demais de filme, até estivemos à frente na preservação do Cinema da Augusta. Não sei a população sabe, mas o Conpresp aprovou cinco alvarás de demolição, e a justiça derrubou todos. E o Conpresp não só aprovou cinco alvarás de demolição – e a gente gosta muito de filme, vamos ver esse filme, Nabil, você acompanhou bem – como definiu como diretriz de enquadramento como APC que a mesma área ... Quer, demolir o cinema, pode, não é um tombamento, é um enquadramento. Vamos preservar a área da atividade atual. Eles aprovaram, o Conpresp aprovou um projeto sem quota, sem quadro de área, que era metade da área do cinema atual. Está no juízo agora, no TJ, com parecer do CAEx denunciando o equívoco do Conpresp. Eles não conferiram a área, por isso está na justiça. Então, estou vendo um filme de terror, uma série de terror na verdade, essa é a questão.

Estou falando isso porque é muito simples. Em determinado momento, o Conpresp chegou à conclusão de que essas diretrizes eram relevantes. A partir do momento em que ele chegou a essa conclusão, pelo princípio do não retrocesso, não pode voltar atrás para menos, não é? Se esse projeto que o senhor apresenta, de 2022, foi aprovado pelo Conpresp, nós iremos

REUNIÃO: 21673 DATA: 19/03/2026 FL: 60 DE 62

à justiça amanhã, porque o Conpresp de novo errou. Acabou o assunto, para mim acabou o assunto, não tem nem que discutir esse projeto novo. O projeto de 2022 foi aprovado irregularmente, não cumpre as diretrizes. O Conpresp falhou. “Ah, mas o Conpresp nunca falha”. O Conpresp mudou muito, está um filme de terror. Está falhando demais, entendeu?

Então, a gente vai amanhã à justiça exatamente para pedir a anulação da aprovação desse projeto, porque o de 2022, como o senhor mesmo falou, pelos números que o senhor apresentou, já não cumpria as diretrizes. Amanhã, a gente estará ajuizando a ação. Vamos todos juntos, porque vai ser muito interessante.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) - Obrigado. Tem a palavra.

A SRA. DÉBORA IACONO - Eu sou Débora Iacono, sou ex-Conselheira do Parque Ibirapuera e membro do Fórum Verde Permanente. Eu só queria esclarecer uma coisa. Seguindo a linha de raciocínio da Patrícia, a Secretaria do Verde, sim, nega projetos ou não aprova projetos que os três órgãos de tombamento aprovam; viu, Samuel? Isso foi dito numa reunião. Talvez a Patrícia estivesse presente também, porque ela falou muito bem. Então, quando você fala que as pessoas fazem *fake news*, cuidado. Cuidado, porque algumas coisas não são verdade, como uma vez que você já jogou na minha cara, está bom? Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado.

O SR. SAMUEL LLOYD - E você pediu desculpa, inclusive, porque realmente não eram.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) - Nós vamos caminhando para o encerramento. A Cássia quer fazer uso da palavra?

A SRA. CÁSSIA REGINA MARIANO – Quero fazer uma última fala.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Três minutos, Cássia, por favor.

A SRA. CÁSSIA REGINA MARIANO – Quero dizer que a Urbia está afrontando o Plano Diretor que foi assinado, não está considerando. Volto a falar, não podemos, em uma audiência pública, assumir a descaracterização de uma obra de Roberto Burle Marx consolidada por 30 anos de uso.

Como o espaço se apresenta hoje, não há outro local no Parque Ibirapuera que consiga absorver a essência do que se desenvolve na Praça Burle Marx e Serraria. A Serraria não é um apêndice, não é um elemento que possa ser sofrer intervenção sem descaracterizar. São Paulo não pode fazer esse ... É um acinte o desrespeito à obra de Roberto Burle Marx.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) - Obrigado, Cássia.

O SR. SAMUEL LLOYD - Só porque fui citado...

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) - Vou passar para você agora, Samuel, últimas palavras.

O SR. SAMUEL LLOYD - É muito rápido, só porque, Dra. Cássia, com muito respeito pelo *print* que está na sua apresentação, acredito, vale recomendar que a senhora está usando uma versão que não foi aprovada no Plano Diretor. E temos aqui um trecho: "Por estar no subsetor de lazer, dentro do setor ambiental, a Serraria admite usos voltados à recreação, bem-estar e atividades esportivas, além de intervenções complementares, desde que aprovada pelos órgãos.

E por isso estamos nessa reunião. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado. E isso que você leu está no Plano Diretor?

O SR. SAMUEL LLOYD - Está no Plano Diretor aprovado. A versão que ela mostrou não é a versão final. Foi a versão inicial que iniciou a discussão dos *workshops* conduzidos pela Dra. Cássia.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Para o encerramento, passo a palavra para a Renata.

A SRA. RENATA FALZONI – Primeiro, quero começar agradecendo a presença de todos vocês, a resiliência de quem pensa a cidade para as pessoas, quem pensa a cidade, parques, espaço públicos como públicos. Então isso é uma coisa muito importante.

E quero colocar que nós vimos a concessionária do Parque Ibirapuera afirmar com

todas as letras que as diretrizes aprovadas pelo Conpresp não precisam ser respeitadas. E que projetos não precisam seguir diretrizes. Eu ouvi isso diretamente, não tenho nem como me localizar ou em que pé nós estamos. É muito confuso. No mínimo, nós temos que questionar, seja no Conpresp seja na Justiça, porque foi aprovado um projeto que vai contra as diretrizes e questionar os motivos por que a Secretaria do Verde não se manifestou. Aliás, mais uma vez, o meu repúdio à Prefeitura por não estar presente, sendo que a Prefeitura é guardiã desse contrato, estou falando da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente.

A audiência foi muito esclarecedora. Obrigado a todos que vieram. E saio daqui muito mais indignada do que cheguei. É isso que eu tenho a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) - Obrigado, Renata. Eu queria também, em primeiro lugar, agradecer a presença de todos, a presença do Samuel, a presença de todos os representantes do Conselho Gestor do Parque, a presença dos cidadãos e das Vereadoras.

Queria dizer que é muito importante a presença de todos na reunião do Conpresp, segunda-feira, não sei se haverá deliberação ou não, mas é importante a presença de todos para que a gente possa fazer não só uma discussão lá, como também levar um pouco do que foi falado aqui. Parece que existe ainda muito desentendimento em relação à questão do projeto, do que está aprovado. Está tudo muito confuso e acho que é importante a gente tirar a limpo.

E quero falar diretamente para o Samuel que vai ser muito pior aprovar e depois disso ir para a judicialização, que é para onde está se dirigindo esse processo, porque, de certa forma, se isso acontecer, pode ficar anos e anos paralisado. Então eu acho que não aprovar é melhor do que aprovar e judicializar. E aí a gente poderia reabrir essa discussão de maneira mais ampla.

Então é isso. Obrigado, boa noite e até a próxima.